



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**GESSICA SANTANA RODRIGUES**

**DO MEB AO CESEP: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO POPULAR  
EM SERGIPE**

**São Cristóvão/SE  
Junho de 2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**GESSICA SANTANA RODRIGUES**

**DO MEB AO CESEP: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO POPULAR  
EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestrado em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Professor Wilson José Ferreira de Oliveira

**São Cristóvão/SE  
Junho de 2016**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

R696d      Rodrigues, Gessica Santana  
Do MEB ao CESEP : uma análise da educação popular em  
Sergipe / Gessica Santana Rodrigues ; orientador Wilson José  
Ferreira de Oliveira. – São Cristóvão, 2016.  
121 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2016.

1. Sociologia educacional. 2. Educação popular. 3.  
Movimentos sociais – Educação - Sergipe. 4. Igreja e educação. I.  
Oliveira, Wilson José Ferreira de, orient. II. Título.

CDU 316.74:37(813.7)

**GESSICA SANTANA RODRIGUES**

**DO MEB AO CESEP: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO POPULAR  
EM SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe - UFS,  
como requisito parcial para obtenção do título de Mestrado  
em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Marcelo Kunrath Silva  
(Externo – PPGS/UFRGS)

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Tânia Elias Magno da Silva  
(Interno – PPGS/UFS)

---

Professor Dr. Wilson José de Oliveira  
(Interno – PPGS/USF)

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.*

Paulo Freire

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa teve início no ano de 2013, época em que comecei a desenvolver meu trabalho de conclusão de curso. De lá para cá, fui descobrindo novos fatos, novas pessoas, novas ideias, que contribuíram não apenas para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora, mas também abriu um leque de perspectivas para a vida.

Dessa forma, gostaria de agradecer imensamente a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento desse prazeroso trabalho, principalmente, aos entrevistados, que dedicaram seu tempo e suas histórias. As conversas de corredores, de mesa de bar e de laboratório contribuíram efetivamente para o amadurecimento dessa pesquisa.

Registro um agradecimento especial ao meu orientador, o Professor Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, pela contribuição dada ao meu trabalho, em linha teórica e empírica, e a mim, para o amadurecimento profissional. Ressalte-se que desde 2012, quando iniciei no Laboratório de Pesquisa do Poder e da Política (LEPP), o professor se mostrou bastante aberto às discussões.

Agradeço aos meus pais, Edson Souza Rodrigues e Maria Verônica de Santana, não apenas pelo apoio dado, mas, sobretudo, pelas inúmeras conversas sobre suas militâncias em movimentos sociais e partidos políticos, bem como suas visões de mundo.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos da UFS, do LEPP, da militância e da vida, por sempre incentivarem o desenvolvimento desta pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a questão da Educação Popular se constrói e se desenvolve na cena política e social do estado de Sergipe, compreendendo os diferentes contextos e dinâmicas que possibilitaram a composição de um cenário de mobilizações e engajamento em torno da causa. Como recorte teórico metodológico, o estudo dá ênfase a uma análise da construção da causa enquanto problema público, atrelando-se as análises de redes de relações e trajetórias militantes. Dessa forma, a pesquisa se desenvolve da década de 1960 ao ano 2000, dividindo-se em três momentos: o primeiro refere-se ao processo de construção da causa, quando surgem as primeiras organizações em torno da mesma, como o MEB e o CPC; o segundo configura uma “ressignificação da causa”, passando a ser um movimento mais político e estratégico de onde, nesse contexto, nasce o CESEP, surgindo novos atores e novas dinâmicas da causa. Já no ano 2000, observamos uma “fragmentação da causa”, a qual passa a ser incorporada a outras pautas, em especial a economia solidária. Dessa forma, observamos como diferentes contextos formulam diferentes redes de relação em torno da causa, sendo articuladas relações pessoais e impessoais nas alianças. Observamos ainda que, no primeiro momento, as relações perpassavam pela atuação da Igreja, enquanto que, no segundo momento, eram mais ramificadas e heterogêneas. Além dessa perspectiva, a pesquisa levanta, a partir das trajetórias militantes, dois perfis de carreiras em torno da causa: militância religiosa e a militância múltipla. Isso reforça o argumento da influência dos contextos políticos e sociais nas dinâmicas de atuação social. Dessa forma, o estudo busca trazer contribuições para o campo da sociologia dos movimentos sociais. Inserida numa análise que dá margem aos estudos de casos, aos atores envolvidos e significados atribuídos, a pesquisa levanta questões para melhor entendermos a política sergipana e, até mesmo, a brasileira.

**Palavras-Chave:** Educação Popular; Construção de Causas; Redes de Relações; Trajetórias Militantes.

## ABSTRACT

This study aims to analyze how the question of popular education builds and develops the political and social scene of the Sergipe state, comprising the different contexts and dynamics that made possible the composition of a scene of protests and engagement around the cause. As methodological theoretical framework, the study's emphasis on an analysis of the construction of the cause as a public problem, tying up the analysis of network relations and militant trajectories. Thus, research is developed from the 1960s to the 2000s, dividing into three stages: the first refers to the construction process of the cause, when are the first organizations around the same, as the MEB and the CPC. The second time sets up a "reframing cause" going to be a more strategic and political movement born in this context the CESEP, emerging new actors and new dynamics of the cause. Already in the 2000s, observed a "fragmentation of the case", it becomes incorporated with other agendas, particularly the solidarity economy. Thus, we see how different contexts formulate different networks relationship around the cause, being articulated personal and impersonal relations in alliances. We also observed that at first the relations pervade the work of the Church, as in the second time the relationships were more branched and heterogeneous. Beyond this perspective the research raises, from the militant trajectories, two profiles of careers around the cause: multiple religious and militant activism. This reinforces the argument of the influence of political and social contexts in social action dynamics. Thus, the study seeks to bring contributions to the field of sociology of social movements. Housed in an analysis that gives rise to the case studies, the actors involved and assigned meanings, the research raises questions to better understand the Sergipe and even Brazilian politics.

**Key words:** Popular Education; Causes of Construction; Relations Networks; Trajectories Militants.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS RECORRENTES .....</b>	<b>9</b>
 <b>APRESENTAÇÃO .....</b>	 <b>11</b>
1 - Dimensões Analíticas .....	14
2 - Procedimentos Metodológicos: algumas considerações acerca da pesquisa empírica .....	20
3 - Estruturação da dissertação .....	23
 <b>I CAPÍTULO: Conjuntura, surgimento e transformações da educação popular: uma análise da causa .....</b>	 <b>26</b>
1 - Educação popular: as primeiras mobilizações em torno da causa .....	27
2 - A “ressignificação” da educação popular: contextos e dinâmicas.....	38
2.1 - Dinâmicas e Dimensões da educação popular em Sergipe no contexto de “ressignificação” .....	44
 <b>II CAPÍTULO: Interseções da educação popular em Sergipe: compreendendo a causa a partir das redes estabelecidas .....</b>	 <b>53</b>
1 - “Missão Social”; Igreja, alianças e perspectivas da educação popular na primeira fase (1960 a 1980) .....	56
2 - Diversificação da causa, alianças e perspectivas da educação popular na segunda fase (1980 a 2000) .....	63
3 - Fragmentação da Causa: a educação popular pós anos 2000.....	70
 <b>III CAPÍTULO: Trajetórias e engajamentos: as diferentes experiências em torno da educação popular em Sergipe .....</b>	 <b>79</b>
1 - Trajetórias e Experiências na Educação Popular .....	81

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
<b>ENTREVISTAS .....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>110</b>

## **LISTA DE SIGLAS RECORRENTES**

ACO - Ação Católica Operária;

AMABA - Associação de Moradoras e Amigos do Bairro América;

AMASC - Associação de Moradores e Amigos do Siqueira Campos;

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicatos

CDJBC – Centro Dom José Brandão de Castro;

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base;

CESE - Coordenação de Serviços Ecumênicos;

CESEP - Centro Sergipano de Educação Popular;

CFES – Centro de Formação de Economia Solidária;

CMP – Central dos Movimentos Populares;

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;

CPC's – Centros de Cultura Popular;

CPT – Comissão Pastoral da Terra;

CULTART – Centro de Cultura e Arte;

CUT - Central Única dos Trabalhadores;

DCS – Departamento de Ciências Sociais;

DSS – Departamento de Serviço Social;

Ecosol – Economia Solidária;

EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares;

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional;

INSS - Instituto Nacional do Seguro Nacional;

JUC – Juventude Universitária Católica

MCP – Movimento de Cultura Popular;

MEB - Movimento de Educação de Base;

MEC - Ministério da Educação e Cultura;

MMMR – Movimento de Meninos e Meninas de Rua;

MMTR – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos  
MOPEC – Movimento Popular Ecológico;  
ONG - Organização Não-Governamental;  
PNA – Plano Nacional de Alfabetização;  
PT – Partido dos Trabalhadores;  
REEP – Rede de Educadores e Educadoras Populares do Nordeste.  
SAAP - Serviço de Análise e Apoio de Projetos;  
UEES – União Estadual dos Estudantes de Sergipe;  
UFS - Universidade Federal de Sergipe;  
UNA – União dos Negros de Aracaju;  
UNE – União Nacional dos Estudantes;  
UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba;

## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa se insere numa problemática geral em torno das dinâmicas sociais, políticas e culturais de constituição, expansão e diversificação das ações coletivas que, atreladas ao engajamento militante, possibilita compreender as transformações do associativismo e das mobilizações políticas.

De maneira específica, o presente trabalho objetiva analisar como a causa da educação popular se constituiu na cena política e social do estado de Sergipe, compreendendo assim as dinâmicas de mobilização e significados em torno da causa, entendendo, ainda, os regimes de engajamento em torno dessa causa e as transformações que se impuseram ao movimento. Essa problemática se desenvolve a partir de indagações na busca pela compreensão das formas organizativas e dos diversos entrelaces em torno de problemáticas sociais. Trata-se de uma investigação alicerçada na sociologia dos movimentos sociais que, desde a década de 1970, formulou teorias e contribuições para entendermos nossa sociedade.

Dessa forma, a apreciação nos insere numa investigação que perpassa pelo entrelace de diversos contextos, elementos e condições que compreendem as diferentes formas de participação e dinâmica política.

A pesquisa parte de um recorte temporal de 1960 a 2000, pois se trata do período em que a educação popular se constitui e se desenvolve. Dessa forma, observamos dois períodos de efervescência em torno da causa. O primeiro corresponde à primeira fase da educação popular, na qual esta se constitui enquanto movimento e passa a agir predominantemente nas comunidades rurais, numa perspectiva de alfabetização e “emancipação” do povo. Essa primeira fase corresponde de 1960 a meados de 1980.

A segunda fase da educação popular corresponde a um processo de “reconfiguração” da causa, na qual encontramos mudanças estruturais e estratégicas. A educação popular passa a ser percebida como um movimento

propositivo e político, engajando-se em diversas lutas sociais, principalmente na década de 1990.

A limitação temporal da pesquisa até o ano 2000 corresponde a dois fatores importantes: Primeiro, é preciso delimitar o espaço/tempo a ser investigado, pois entendemos que o campo da educação popular nos traz bastantes impasses e indagações. Assim esta pesquisa não tem como pretensão esgotar o debate; Segundo, a organização mais significativa no estado de Sergipe em torno da causa da educação popular, nessa segunda fase, começa a se desmobilizar nesse período, enfrentando muitos dilemas e conflitos. Trata-se do Centro Sergipano de Educação Popular, no qual passa a ocorrer uma diversificação da problemática com a entrada, em cena, de novos atores, movimentos e causas. Dessa forma, a pesquisa se deteve a analisar quatro décadas de mobilizações em torno da causa.

Para alcançar o objetivo da pretendida pesquisa, partimos de uma análise que se insere numa perspectiva analítica em torno da “construção da causa”, imersa numa agenda de debates e investigação acerca dos movimentos e organizações coletivas. Em contraponto aos grandes sistemas e famílias teóricas, essa perspectiva ganha força dentro da sociologia pragmatista desenvolvida na França, pós ano 1980, a qual propõe que a ação coletiva deve ser apreendida como ação do cotidiano. Dessa forma, não se deve partir da *razão* da ação, mas da *experiência* e do *sentido* da ação na coletividade para assim entender o processo de construção do problema enquanto problema público.

Essa perspectiva coabita em torno da análise das experiências e situações. Como uma determinada causa se torna pública e entra, assim, para a agenda de debates e mobilizações? Nesse contexto, Daniel Cefaï (2009) demonstra que, mais do que analisar as estruturas e mobilizações de recursos, faz-se necessário apreender e investigar as causas: como os indivíduos são mobilizados na causa? Como essa causa se constitui como pública?

Nesse sentido, essa perspectiva tende a minimizar o risco de se “eleger” e privilegiar atores individuais, bem como engessar os movimentos sociais em estruturas definidas, podendo assim negligenciar aspectos peculiares

fundamentais para a apreensão daquela organização, ou seja, um não “enquadramento” das mobilizações coletivas em “modelos” analíticos, de forma a possibilitar, a partir do mapeamento da construção da causa, apreender os atores e organizações mobilizados que não estavam previstos, as perspectivas camufladas, as redes estabelecidas, os recursos utilizados, bem como os contextos e dinâmicas nas quais as causas estão inseridas.

Diante dessa abordagem, a análise percorre por dois recortes analíticos: primeiro, apreender os vários elementos que compõem a ação coletiva (como surge à causa? Quais os tipos de recursos - materiais, humanos - recrutados? Como os indivíduos se mobilizam?); segundo, como as organizações, associações e/ou indivíduos se mantêm na causa? Essas duas perspectivas se circunscrevem numa perspectiva de não “enquadramento” das mobilizações coletivas em “modelos” analíticos, de forma que possibilita, a partir do mapeamento da construção da causa, apreender os atores e organizações mobilizados, antes não previstos, as perspectivas camufladas, as redes estabelecidas, os recursos utilizados, bem como os contextos e dinâmicas nas quais as causas estão inseridas.

Todavia, não podemos cair no risco de sermos demasiado simplistas. Essa perspectiva, isoladamente, não é suficiente para entendermos os mecanismos, ajustamentos e elementos em torno da problemática se não houver conexão com outras perspectivas. Assim, faz-se necessário a apropriação de um conjunto de dimensões de análises para apreendermos o objeto aqui proposto, como as perspectivas analíticas que lançam mão das apreensões contextuais que possibilitam a ação coletiva, a análise acerca das “redes de relações”, bem como as dimensões que levam em conta o ator coletivo e como o mesmo atribui sentido às suas ações. Dessa forma, lanço mão de um recorte teórico metodológico, de forma problematizada, que percorre uma agenda de debates acerca da sociologia dos movimentos sociais.

## 1- Dimensões Analíticas

Os debates acerca da temática dos movimentos sociais e mobilizações coletivas têm um campo fértil e crescente na produção acadêmica. No Brasil, lamentavelmente, ainda encontramos uma resistência de renovação ou problematização aos conceitos mais generalizantes.

Como destaca Oliveira (2013), a temática dos movimentos sociais entra nas ciências sociais brasileiras no período de redemocratização política, de cujo seio emerge uma série de movimentos, organizações e causas. Isso implica também o fato de que a intelectualidade busca uma afirmação como ator político. Essa é uma conjuntura marcante nesse período, na qual se observa que camadas escolarizadas e intelectuais passam a se engajar nas mobilizações coletivas pela redemocratização e diversas outras causas.

Dessa forma, observamos pesquisas e debates voltados para as problemáticas sociais desse período. No estudo bibliográfico elaborado por Ângela Alonso (2009), acerca das teorias dos movimentos sociais, a autora destaca que teorias voltadas para as novas configurações dos movimentos sociais, com um ar de “inovação”, ganham grandes destaques na América Latina e, em especial, no Brasil. Esses novos paradigmas se caracterizam como as “três famílias teóricas”, desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A primeira ‘família’ de análise, TMR, tem como precursores McCarthy e Zald, que explicam as mobilizações coletivas a partir da “racionalidade”. Assim, mais importante do que explicar as motivações seria explicar o processo de mobilização. Nesse sentido, a TMR propõe analisar como as organizações e movimentos mobilizam recursos materiais (financeiros e estruturais), humanos (apoiadores, ativistas) e organizacionais (modelos de organizações, imitação, repertórios) para organizar eventos de protestos, como também ações coletivas mais institucionalizadas. Esses autores elevam os movimentos para o seu sentido estrutural, comparando-os a empresas, com hierarquias internas e



divisão de trabalho. Para Alonso, essa teoria gerou certa antipatia na esquerda ao elevar a racionalidade e a estratégia dos movimentos sociais.

Já a TPP enquadra as análises em um aspecto “macro-histórico”. Essa teoria se alicerça nas Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP), levando em conta os contextos e mudanças na interação política do Estado com a sociedade, idéia desenvolvida por Tarrow. Nesse mesmo contexto, Charles Tilly lança mão do conceito de “repertórios de ação coletiva”, apreendendo as formas que os movimentos utilizam para manifestar a sua demanda, como manifestações de rua, reuniões, etc. Desta forma, essa teoria defende que um movimento social só se configura diante de oportunidades políticas favoráveis, priorizando uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes, diferentemente da TMR, que enfatiza a mobilização dos recursos (ALONSO, 2009).

A teoria que mais foi incorporada às pesquisas, no Brasil, é a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Ela privilegia a “identidade coletiva”, ou seja, os aspectos simbólicos e cognitivos que os atores produzem na ação coletiva. O autor mais expressivo dessa teoria, aqui no Brasil, é Touraine, o único dentre os autores a ter refletido diretamente sobre a América Latina. Como afirma Alonso, a notoriedade de Touraine ganha espaço no Brasil na redemocratização para explicar o surgimento dos “novos atores” e “novos movimentos”, ao longo dos anos 80. Todavia, essa teoria apresenta alguns contratempos. Ao mesmo tempo em que incorpora as dimensões do sujeito aos movimentos sociais, não prioriza o ambiente político em que a mobilização transcorre e os interesses e recursos materiais que ela move.

Dessa forma, essas teorias incorporavam a preocupação de entender os movimentos sociais tanto no âmbito estrutural, seus recursos (materiais, humanos e organizacionais) e processos políticos, quanto suas estratégias, valores e significados. No entanto, Oliveira (2013) afirma que essas eram práticas homogeneizadoras, uma utilização de *forma não crítica de categorias que se opõem no debate teórico*. Essas teorias, isoladamente, trazem lacunas para entender o processo de mobilização das ações coletivas.

Em detrimento a essa conjuntura, vem se desenvolvendo uma série de debates que busca romper com essa postura, uma busca por problematização do ponto de vista do objeto (Oliveira, 2013, 2014; Goirand, 2010, 2009; Coradini, 2007; entre outros). Uma das saídas mais pertinente, ao que parece, é a interdisciplinaridade das ciências sociais. Ora, podemos e devemos fazer uso de metodologia e conceitos da política, da sociologia, da antropologia, da história, ou seja, problematizar o universo de pesquisa.

Uma via “alternativa” que surge nesse campo é a sociologia pragmatista francesa, desenvolvida na França pós ano 1980, que tem como principal teórico o Daniel Cefaï. Essa perspectiva propõe que a ação coletiva deve ser analisada do ponto de vista da causa, como a mesma se desenvolve. Essa ótica lança luz ao que chamamos de “não engessamento” do objeto. Uma vez que levamos em consideração a constituição da causa, abrimos espaço para compreender os elementos e contextos que possibilitaram seu desenvolvimento, os recursos e os atores envolvidos, as alianças e estratégias. Isso porque a análise de construção de causa está interessada em entender como determinada pauta é problematizada e entra para o campo político.

Deve-se apreender a ação coletiva como ação do cotidiano. Dessa forma, não se deve partir da *razão* da ação, mas da *experiência* e do *sentido* da ação na coletividade, para assim entender o processo de construção do problema. Devem-se pensar as organizações e movimentos a partir de “reagrupamentos” e “reconfigurações” fluídas (CEFAÏ, 2009).

Percorrer as questões de como a causa se torna pública, ou seja, como é “defendida” e “publicizada” se mostra pertinente para entender como as organizações e indivíduos atribuem sentido e legitimidade às suas ações. Quanto mais pública e mobilizada, mais legítima a causa será. Nesse sentido, essa perspectiva tende a minimizar o risco de se “eleger” e privilegiar atores individuais e engessar os movimentos sociais em estruturas definidas, podendo assim negligenciar aspectos peculiares fundamentais para a apreensão daquela organização.

Essa não é uma perspectiva muito usual no Brasil. Entretanto, considero uma perspectiva bastante relevante e, atrelada a outros conceitos e teorias, lança mão para melhor entendermos e aprofundarmos o universo pesquisado.

Para compreendermos o desenvolvimento de uma problemática social, Cefaï destaca que precisamos apreender: 1 - O desconforto em relação ao problema levando ao surgimento do discurso conjunto de indignação. Isso vai desde conversas informais e comuns às definições de grupos, ativistas, coletivos, movimentos. Essa fase é chamada de “definição do problema”. 2 - A entrada do problema em diferentes cenas públicas, como atores especializados, políticos, mídia, instituições internas e externas, a relação com o governo. Cada cena pública compõe uma forma de legitimidade, negociações, confrontos, argumentos e compromissos entre os diferentes atores. Essa fase caracteriza-se por uma rotinização das operações e interações, ou seja, o reconhecimento e estabilização da problemática. 3 - A institucionalização do problema, ou seja, quando o mesmo chega à esfera governamental. Essa é uma fase em que o problema passa a ser publicizado e burocratizado, podendo ser resolvido ou não. Pode ser desenvolvida uma política pública, por exemplo. 4 – Chegando a esse estágio, a carreira do problema pode acabar ou não. Os atores engajados ainda fiscalizam, mediam ou desenvolvem alternativas para mudanças estratégicas.

Claro que essa *gênese temporal não é necessariamente igual para todas as carreiras dos problemas públicos*, pois alguns estágios podem não acontecer ou acontecer simultaneamente, destaca Cefaï. Todavia, essa argumentação típica fornece um *bom guia para a identificação de fenômenos singulares e concretos na formulação dos problemas públicos* (CEFAÏ, 1996).

Em consonância a essa perspectiva, destacamos o estado de John Hannigan (1997) acerca da sociologia ambiental. O autor demonstra que uma problemática ambiental se desenvolve como uma problemática social, e assim devemos levar em conta o processo de criação de exigências para a sua criação. Hannigan utiliza a definição de Wiener (1981) acerca dessa perspectiva, segundo a qual um problema social se desenvolve a partir da interação de três sub-processos: *animação do problema* - quando o problema é

trazido à tona, *legitimação do problema* - usar conhecimentos e prestígios prévios, redefinir as abrangências e *demonstração do problema*- competir pela atenção, estabelecer alianças, selecionar dados de apoio - (WIENER, 1981 *apud* Hannigan, 1997).

Todos esses elementos relacionados possibilitam compreender de que forma determinada causa é constituída como problema público e assim ganha sentido. Os estudos acerca da perspectiva de redes lançam luz para melhor compreender as relações, alianças e estratégias dos indivíduos e organizações dentro de determinada mobilização coletiva, além das suas relações com outros indivíduos e organizações. Todavia, muitos estudos tendem a atribuir essa perspectiva a um aspecto mais estrutural do objeto, ou seja, como as redes são estruturadas, como é o caso dos estudos de Ilse Scherer-Waren.

Outra perspectiva incorporada a noção de redes é a de que as redes não são sistemas rígidos, mas sim dinâmicos, e assim devemos levar em consideração os sentidos atribuídos pelos atores envolvidos a essas alianças e articulações. O estudo de Ann Mische se desenvolve nessa perspectiva. A autora desenvolveu uma pesquisa com jovens militantes no movimento estudantil brasileiro da década de 90, e foi a partir da apreensão de redes, que possibilitou aprofundar a análise em torno do desenvolvimento das mobilizações desses jovens, como os mesmos se identificavam e davam sentido as suas ações em diferentes contextos.

Para entender as mudanças históricas que levaram os jovens da identidade participativa forte de “estudante” nos anos 60 à nova identidade, complexa e contraditória, de “cidadão” nos anos 90, é necessário analisar as transformações nas *redes interpessoais e organizacionais* nas quais os jovens se encontram, e como as estruturas diferenciadas dessas redes influenciam na articulação de *projetos pessoais e sociais*. (MISCHE, 1997. página 138).

Essa dimensão enfatiza o caráter relacional da ação, uma vez que abre espaço para entender as identidades e significados de cada rede social. Dessa forma, buscamos prosseguir na análise através dessas duas perspectivas, a fim de melhor apreender o campo da educação popular. A análise das redes estabelecidas nas diferentes fases da causa se mostrou bastante densa e

ramificada, sendo necessário um primeiro delineamento dessas redes e, a partir daí, aprofundar suas relações.

Atreladas a essa perspectiva, muitas pesquisas vem desenvolvendo uma análise que dá espaço aos sentidos e dinâmicas individuais dos atores. Essa análise permite aprofundar o universo de pesquisa, de forma que abre espaço para apreendermos as dimensões de identificação e engajamento dos diversos atores em determinada causa.

Dessa forma, o conceito de trajetória passa a ser incorporado à análise dos movimentos sociais. Essa perspectiva possibilita compreendermos as disposições e elementos que os atores ativam durante seu percurso. No entanto, encontramos análises que utilizam essa perspectiva de uma forma linear. Importada da análise *bourdiesiana*, a apreciação de trajetória tende a negligenciar elementos e dinâmicas importantes.

Assim, alguns autores reutilizam o conceito de carreiras para dar conta das diferentes cadeias de eventos que ativam as disposições dos atores. Essa abordagem se mostrou necessária para o presente estudo, de forma que possibilitou entender os mecanismos e sentidos atribuídos nas diferentes fases da educação popular, fazendo com que novos atores apareçam na cena e incorporem novos significados.

Esse conjunto de perspectiva teórica e metodológica se mostra necessário, no sentido em que nos permite apreender especificidades do campo e objeto aqui apresentado, bem como a mobilização, construção e delineamento da causa da educação popular. Dessa forma, essas dimensões e perspectivas nos permitem elencar questões e níveis de análises que impulsionam a pretendida pesquisa: Como a causa da educação popular se constitui enquanto causa pública no estado de Sergipe? Como o CESEP se constitui dentro dessa causa? Como o movimento se definia? O que defendiam? Como se manteve nessa determinada causa? Quais os atores e organizações envolvidos e engajados na causa (igreja, estados, organizações, movimentos, partidos)? Como mobilizavam seus ativistas e militantes?

Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada propõe levantar algumas indagações que nos permitam refletir acerca das mobilizações coletivas, trazendo possíveis contribuições acerca da política sergipana.

## **2- Procedimentos Metodológicos: Algumas Considerações Acerca da Pesquisa Empírica**

A pesquisa empírica se mostra sempre como um desafio para o pesquisador, pois se trata de um universo dinâmico e com amplas “armadilhas”. Muitos pesquisadores na área das ciências sociais se debruçam em torno de algumas considerações acerca desses desafios que o campo impõe, com considerações e possíveis desvios encontrados.

É sabido que, desde os primeiros passos da pesquisa acadêmica, nós, jovens pesquisadores, precisamos “deixar o campo falar”, ou seja, precisamos mergulhar nesse universo de pesquisa sem engessá-lo previamente em teorias e modelos analíticos.

Ora, não é uma tarefa fácil. Desde que comecei a pesquisa acerca da educação popular no Estado de Sergipe, em 2013, desembocando em meu trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais e, depois, aprofundando no Mestrado em Sociologia, a pesquisa empírica se mostrou cheia de empecilhos. Primeiro, trata-se de um objeto com bastantes referências históricas e que já não está ativo nos dias atuais. Segundo, os indivíduos envolvidos, bem como o “acervo documental” não são de fácil acesso. Com base em algumas leituras e na condução desta pesquisa, foi possível observar que a “necessidade” de preservar a história documental não é tão presente em Sergipe, e também no Brasil. Não se tem o hábito de guardar documentos.

Outro fato também chama a atenção, a educação popular, no Brasil, data de 1960, tendo seus primeiros passos e grandes avanços. Todavia, em 1964 se instaura o Golpe Militar no Brasil, no qual experimentamos um fechamento das manifestações políticas pelo território nacional. Nesse sentido, muitos documentos e materiais foram apreendidos e outros destruídos pela

nova ordem e também pelo próprio movimento, para que não se chegasse até as autoridades.

Diante desse contexto, algumas angústias se apresentam: Como acompanhar o objeto, numa observação participante, se tratamos de um objeto não mais ativo? Como conduzir uma pesquisa na qual precisamos “reconstruir” fatos históricos, mas não temos material suficiente? Como proceder com entrevistas se os atores envolvidos são de difícil acesso por diversas causas como desmobilização, mudança para outro estado, perda de contato com colegas e amigos?

Dessa forma, a pesquisa apresentada aqui, ao mesmo tempo em que me mostrou entusiasmo, também revelou muitos embaraços. Uma saída para romper com essas lacunas provocadas na pesquisa é o exercício da imaginação sociológica. Precisamos aprofundar ao máximo o objeto investigado. O pesquisador precisa desenvolver sua imaginação para assim apreender o mundo social, o cenário histórico mais amplo. *Todo cientista social deve ser seu próprio metodologista e seu próprio teórico, o que significa apenas que deve ser um artesão intelectual* (MILLS, 1975. pág. 134).

Dentro dessa perspectiva, as orientações recebidas por meu orientador no período de pesquisa, de aulas e da linha que se segue no Laboratório de Pesquisa do Poder e da Política, são de que pratiquemos a interdisciplinaridade. Numa pesquisa sociológica, podemos e devemos utilizar de mecanismos e perspectivas da ciência política, da antropologia, da economia, da história e de outras ciências. Dessa forma, não deixaremos de fazer sociologia, mas tornaremos nossos objetos de pesquisa mais fundamentados, entendendo que é um objeto social e dinâmico.

Essa perspectiva, muitas vezes, não é vista com bons olhos. Contudo, utilizo-me dela para desenvolver a presente pesquisa. Apresenta-se, predominantemente de fatores históricos, os quais precisei recorrer a muita leitura. Contudo, fiz uso das abordagens orais, fundamentadas a partir de “entrevistas etnográficas”, como método de coleta de dados. Essa perspectiva é abordada por uma socióloga e uma antropóloga, no trabalho “Guia para a Pesquisa de Campo”, por Stéphane Beaud e Florence Weber. A entrevista,

nesse contexto, ganha um novo caráter e se chamam “etnográficas” *porque não são “isoladas”, nem independentes da situação de pesquisa* (BEAUD & WEBER, 2007). As “entrevistas etnográficas” devem se apoiar em observações e informações prévias, situando a entrevista e o entrevistado nas histórias locais, contextos culturais, geográficos e sociais, não negligenciando fatores e eventos pertinentes para determinada causa.

Diferentemente da observação participante, a entrevista não permite que o entrevistador observe e viva a experiência daquele determinado evento. Nesse sentido, as entrevistas etnográficas permitem uma inserção do entrevistador no universo vivenciado pelo entrevistado, já que são entrevistas longas e aprofundadas, nas quais as perguntas levam o entrevistado a contar a história com detalhes, profundidade e “emoção”, ou seja, faz com que o entrevistado se ressitue naquele evento.

Dessa forma, realizei oito (8) entrevistas, com roteiro semiestruturado em diferentes períodos, e três (3) conversas com pessoas que não tinham uma ligação direta com a causa, mas que tinham observações bastante pertinentes com relação ao objeto empírico. Dessa forma, a cada entrevista pude ir com informações novas. Foram entrevistas longas, tendo em média uma hora e trinta minutos (1h30min) de duração.

As entrevistas possibilitaram ainda coletar dados de nível particular, de posse individual, como fotografias, registros, recortes de jornais que nos ajudaram na apreensão do campo. Além do uso das entrevistas, foi feita uma consulta ao acervo da biblioteca do CDJBC, que tem um grande número de material relacionado às lutas populares em Sergipe.

Ainda, em termos metodológicos, a pesquisa buscou percorrer o objeto de forma aprofundada, levantando todos os possíveis contextos, dinâmicas, condições e diferentes significados que estão ligados ao campo de pesquisa. Encontramos algumas pesquisas de monografia e mestrado, sobretudo nas áreas de educação, história e ciências sociais, sobre a educação popular no estado e a atuação do CESEP, bem como matérias de jornais, sites e blogs na internet.



Vale ressaltar que a presente pesquisa se trata do desdobramento de uma pesquisa anterior intitulada *“Dinâmicas da ação coletiva: construção e desenvolvimento do CESEP (Centro Sergipano de Educação Popular)”*, trabalho de conclusão de curso, 2014, o qual priorizou a análise em torno da dinâmica de construção, desenvolvimento e atuação do CESEP, como também os repertórios organizacionais dessa entidade. Além disso, permitiu a análise da apreensão do processo de desarticulação e fechamento, compreendendo como as organizações se deparam com crises, confrontos e oposições, proporcionando assim, desarticulação e, até mesmo, o fim, como é o caso do CESEP. Nesse sentido, viu-se necessário entender como a causa da educação popular se constitui enquanto agente mobilizador no Estado, entendendo também a posição do CESEP em torno da causa, as articulações estabelecidas, bem como os sentidos atribuídos a ação e atuação em torno da causa.

Dessa forma, a pesquisa se torna pertinente no sentido que nos possibilitará apreender como a causa em torno da educação popular em Sergipe se constituiu, apreendendo as organizações, movimentos e atores envolvidos, as experiências, reivindicações, alianças e conflitos, bem como as dinâmicas processuais e contextuais que possibilitaram a mobilização em torno da causa, apreendendo, ainda, os diferentes entrelaces que compõem regimes de mobilização, engajamento e militância, promovendo publicização e legitimidade da causa.

### **3- Estrutura da Dissertação**

Diante das dimensões apresentadas, a presente análise lança mão de uma investigação que está vinculada a uma série de elementos e contexto que tornaram possíveis as mobilizações em torno da criação da educação popular, e especialmente, do CESEP no Estado de Sergipe, possibilitando assim compreendermos as diferentes dinâmicas de organização social, engajamento e atuação política.

Nesse sentido, a presente dissertação se estrutura em três principais capítulos, os quais se dividem em diferentes níveis analíticos de investigação

que, de forma articulada, possibilita uma melhor apreensão da problemática objetivada.

O primeiro capítulo, intitulado **“Conjuntura, surgimento e transformações da educação popular: uma análise acerca da causa”**, tem por finalidade fazer uma sociogenese da causa no estado de Sergipe, investigando as diferentes dinâmicas de emergência e desenvolvimento.

Nesse sentido, o capítulo dividiu-se em dois momentos: o primeiro, **“Educação Popular: as primeiras mobilizações em torno da causa”**, corresponde aos primeiros passos, mobilizações, alianças e contextos que possibilitaram a efervescência da causa, na qual encontramos a intensa participação da Igreja Católica, estudantes e artistas, e o investimento por parte do Estado; no segundo momento, **“A ‘ressignificação’ da Educação popular: contextos e dinâmicas”**, tem por objetivo compreender o processo de reconstrução da causa, como a mesma ressignifica suas práticas e estratégias, atribuindo assim uma nova dinâmica e engajamento, e possibilita a criação do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP) e de outros movimentos e ações em torno da educação popular, e como essas se inserem na cena da educação popular a nível local e nacional, se tornando fortes agentes políticos no Estado. Permite compreender, ainda, como os diferentes contextos políticos, sociais e culturais impulsionam e modificam dinâmicas de ação coletivas e o engajamento político.

O segundo capítulo, **“Interseções da educação popular em Sergipe: compreendendo a causa a partir das redes estabelecidas”**, tem por objetivo fazer um mapeamento das organizações e movimentos engajados na causa da educação popular, estabelecendo assim uma rede de relações em torno da causa. Dessa forma, o capítulo foi dividido em dois tópicos: primeiro, analisar a rede de relação na primeira fase da educação popular de 1960 a 1985; segundo, analisar o percurso e a rede da segunda fase da educação popular no estado, 1985-2000.

Essa análise nos permite compreender as alianças e estratégias utilizadas pelo movimento nos dois períodos, além de revelar atores que muitas vezes não são percebidos, mas que contribuíram para a legitimidade da causa.

Além desses dois momentos, buscamos delinear algumas dimensões da diversificação da educação popular pós anos 2000 por entender que esse período se caracteriza como uma nova dinâmica para a causa. Assim, o conjunto das análises permite compreender como a educação popular adquire novos significados em diferentes contextos e atuações.

Por fim, o terceiro e último capítulo, **“Trajetórias e engajamentos: as diferentes experiências em torno da educação popular em Sergipe”**, objetiva analisar as dimensões individuais na construção da causa. Ora, entender como os indivíduos (coletivos e individuais) se engajam em determinada causa e agem coletivamente é essencial para entendermos a lógica de atuação dessa organização e a educação popular. Dessa forma, essa investigação parte da perspectiva de carreiras para entender o percurso dos militantes engajados a causa. Essa perspectiva, atrelada ao conceito de “geração”, nos possibilita entender os mecanismos, disposições, contextos, crises e conflitos que os levaram a se engajarem em determinada causa, e compreender ainda a lógica de atuação da causa no estado.

Diante desse contexto, o presente trabalho pretende compreender, a partir do conjunto dessas análises, a dinâmica de construção, mobilização e desenvolvimento da causa da educação popular enquanto movimento no estado de Sergipe. Analisando os diferentes contextos e entrelaces no cenário brasileiro e sua intersecção com cenário estadual, buscamos compreender como as diferentes organizações e atores sociais se posicionaram nessa construção, as estratégias, recursos, alianças, conflitos, significados e engajamento que possibilitaram com que a causa se tornasse pública e legítima no estado.

Observamos que, nesses últimos anos, o interesse em compreender a ação coletiva é bastante crescente não apenas na sociologia, mas em outras áreas de estudo. Dessa forma, a pesquisa pretende se inserir nessa agenda de debates acerca dos movimentos sociais, trazendo elementos para entender o processo e os fatores que possibilitam a mobilização em torno de uma causa, bem como o cenário político do estado de Sergipe e do Brasil.

## **I CAPÍTULO**

### **CONJUNTURA, SURGIMENTO E TRANSFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR: UMA ANÁLISE DA CAUSA**

A educação popular possui uma trajetória longa e densa no cenário das mobilizações coletivas no Brasil. As primeiras indagações acerca do tema surgem com as teorias desenvolvidas pelo pernambucano Paulo Freire, propondo um método de alfabetização dialética, no qual predominava a “liberdade do indivíduo”. Todavia, só entra para o cenário de “disputa”, na década de 60, quando surgem os primeiros movimentos engajados na causa.

Nesse sentido, o presente capítulo tem por objetivo entender como a causa se constitui e se desenvolve no estado de Sergipe, passando a disputar a cena política do estado, apreendendo as mobilizações, engajamentos, contextos e condições políticas e sociais que possibilitaram a emergência da causa.

Dessa forma, lançamos mão de uma análise que compreende a construção da causa enquanto movimento organizado, ou seja, como os diferentes agentes sociais se mobilizam e investem na causa e como a mesma se constitui e se modifica ao longo do tempo, dividindo-se assim em dois momentos: o primeiro corresponde à emergência da educação popular no estado, os primeiros passos, mobilizações, alianças e contextos que possibilitaram a efervescência e decadência da causa, na qual encontramos a intensa participação da Igreja Católica, estudantes e artistas e o investimento por parte do Estado; no segundo momento, a análise percorre a reconstrução da causa, como a mesma ressignifica suas práticas e estratégias, atribuindo assim uma nova dinâmica e engajamento, e possibilita a criação do CESEP, organização que articula e desenvolve a educação popular na década de 90.

Todavia, vale ressaltar que a análise não pretende percorrer por um recorte cronológico dos acontecimentos, mas uma série de eventos e contextos que estão interligados, possibilitando assim a construção da causa da

educação popular. Nesse sentido, faz-se necessário mapear as primeiras mobilizações, embates e alianças em torno da educação popular no Estado de Sergipe, a fim de apreender como a causa entra para a agenda de debates e se transforma ao longo do tempo, compondo diferentes dinâmicas de atuação, redes e alianças, recursos, conflitos e diferentes formas de engajamento e participação política.

A análise em torno da “construção de causas” entra no debate das mobilizações coletivas e movimentos sociais por meio da sociologia pragmatista, lançando mão de perspectivas teóricas e metodológicas que nos possibilitam investigar o universo que circunscreve a problemática social, nos fazendo indagações acerca do objeto: Como se constituiu? Quais foram os elementos e recursos que possibilitaram a sua constituição e o seu desenvolvimento? Em qual conjuntura política e social estava inserido? Quais os mecanismos de identificação e permanência na causa? Essa análise se mostra necessária no sentido que nos permite compreender o cenário da educação popular no Estado de Sergipe e como o CESEP se insere nesse cenário e ganha força e representatividade no Estado.

## **1- Educação Popular: As primeiras mobilizações em torno da causa**

Sergipe experimenta as primeiras mobilizações em torno da educação popular já em 1959, contando com a experiência da escola radiofônica, a Rádio Cultura, implantada pelo arcebispo do Estado D. José Vicente Távora. Essa experiência é fundamentada a partir do modelo radioeducativo criado em Natal, Rio Grande do Norte, em 1958, pelo também arcebispo D. Eugenio Sales, através do Serviço de Assistência Rural - SAR (FARIAS, 1996; CRUZ, 1998).

O trabalho realizado por Farias (1996), acerca do MEB em Sergipe, mostra que as atividades desenvolvidas pelo episcopado das arquidioceses de Natal e Aracaju, no que diz respeito a atividades de educação através do rádio, se mostraram adequadas para serem implementadas nas “áreas subdesenvolvidas” do país e, dessa forma, experimentam os primeiros passos do Movimento de Educação de Base – MEB, a autora ainda observa que,

No final do ano de 1960, a Representação Nacional das Emissoras Católicas, órgão do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, promoveu em Aracaju o 1º Seminário de Educação de Base, onde se consolidou a possibilidade de instalar escolas radiofônicas em outras dioceses. Surgiram as primeiras discussões para a concretização do MEB. Logo após iniciaram-se os entendimentos entre a CNBB, representada por Dom José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju, e Jânio Quadros... Objetivando a criação do MEB (FARIAS, 1996; página 6).

Dentro desse contexto, o MEB é criado em 1961 pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), com o intuito de promover educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, através de “emissões radiofônicas” e movimentos organizados.

Vale ressaltar que, no final da década de 1950 e início de 1960, o campo ecumênico, ou seja, líderes religiosos e ala mais progressista da igreja católica engajaram-se em diversas atividades voltadas para o auxílio da população carente na luta por direitos e libertação, adotando assim uma postura crítica da realidade social. Dessa forma, desenvolveram-se diversos movimentos no que diz respeito a essa *ramificação no campo ecumênico*, como a Teologia da Libertação, o movimento de Ação Católica, Ação Católica Operária (ACO), Juventude Católica Operária (JCO), Juventude Universitária Católica, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e o Movimento de Educação de Base (MEB).

Dessa forma, podemos apreender a efervescência e atuação, por parte da Igreja, nesse período. Esses movimentos conseguiam penetrar e envolver grandes números de fiéis no que diz respeito a uma “prática política”, chegando até as pequenas comunidades, favelas, bairros, povoados, entre outros, por meio de um engajamento dos padres, bispos e líderes locais, num discurso de “libertação” dos seus fiéis, isso a partir de uma organização da própria sociedade. Os religiosos católicos se organizavam para atuarem ao lado de seus fiéis, “promovendo” a organização das comunidades, objetivando uma experiência religiosa dividida com a análise crítica da realidade brasileira.

É nessa conjuntura que o MEB e sua proposta educativa emergem e conseguem se consolidar, se tornando um fundamental ator social acerca da causa da educação popular. Dessa forma, o MEB se articulava através da

organização de pequenas emissoras, sempre sob domínio da Igreja (bispos, dioceses, padres), na qual produziam e emitiam aulas e outros programas educativos. Essa organização se dava a partir da formação de “equipes locais”, treinamentos de monitores, organização e funcionamento das escolas e professores-locutores (FAVERO, 2010).<sup>1</sup>

Essas “escolas radiofônicas” funcionavam em *escolas isoladas, salas paroquiais, sede de fazendas, barracões construídos para esse fim ou até mesmo nas casas dos próprios monitores* (FAVERO, 2010). Isso é revelador da grande penetração do MEB, sob a ótica da igreja, indicando que para a existência dessas escolas o movimento precisava se articular com o poder e líderes locais e, até mesmo, com o Estado.

No quadro a seguir, podemos observar essa forte atuação, já em 1963. Dois anos após a criação, sobretudo nos estados do Nordeste, atingiu um total de 5.573 escolas.

**Tabela 1. Atuação do MEB por Estados – 1963.**

ESTADOS	Nº DE ESCOLAS	Nº DE ALUNOS
Alagoas	152	3.130
Bahia	720	15.074
Ceará	950	21.502
Goiás	147	2.904
Mato Grosso	40	939
Minas Gerais	120	2.088
Pará	500	6.902
Pernambuco	1.278	24.087
Piauí	139	2.575
Rio Grande do Norte	945	18.482
Sergipe	582	13.386
<b>TOTAL</b>	<b>5.573</b>	<b>111.066</b>

FONTE: MEB, 1963, p. 36. *apud* BORGES, 2012. (Dados retirados do Relatório Anual do MEB, 1963).

<sup>1</sup> Consultar ANEXO I: Imagens do MEB da década de 60: escolas, educandos e educados e transmissão das aulas.

Na tabela apresentada acima, podemos observar que o Estado de Sergipe contou, no ano 1963, com 582 escolas, atingindo um total de 13.386 alunos. Número bastante relevante em relação a outros estados como Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Piauí.

O estudo elaborado por Souza (1995), acerca dos movimentos sociais em Sergipe, mostra que o MEB no estado teve um papel bastante importante, pois, “assume um caráter mais geral, indo além de simples experiência de alfabetização”.

O MEB tinha como objetivo não apenas a alfabetização popular, mas também a construção de uma consciência política dos indivíduos. Nesse contexto, muitos indivíduos e grupos se inseriram nas suas atividades, a exemplo das *caravanas culturais*, que faziam animação popular e desenvolviam trabalhos ligados à saúde, veterinária e à odontologia. O MEB fomenta outras organizações e lutas populares, dentre as quais se destacou a formação dos primeiros sindicatos rurais de Sergipe. Em nível nacional, as ações do MEB teriam, contudo, a participação do Estado *populista*, uma vez que o programa de educação de base teria recebido reconhecimento e apoio governamental. Em Sergipe, “o processo assumiu posições claras de consciência dessa realidade, reagindo à dominação e exploração existentes na época” (SOUZA, 1995, pp. 7-8 *apud* DANTAS, 2003. Pagina 45).

Essa característica do movimento em Sergipe encontra seu alicerce no arcebispo Távora, que acreditava que o analfabetismo não era o único problema a ser combatido. Dessa forma, o movimento no estado se propôs a executar, na sua área de atuação, um programa intensivo de alfabetização, cálculo, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional (especialmente agrícola), promoção social, desenvolvimento de comunidades, associativismo, cooperativismo e sindicalismo (FARIAS, 1996). Tendo à frente o arcebispo de Aracaju Dom José Vicente Távora, a Igreja ajudou a criar os nove primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Sergipe.<sup>2</sup>

Esse contexto é revelador da forte articulação estabelecida entre a igreja e a sociedade sergipana, consolidando-se assim como um fundamental articulador e agente social. Vale ressaltar ainda que Sergipe ganhou grande representatividade no cenário nacional através do arcebispo Dom José Távora,

---

<sup>2</sup> Consultar ANEXO II: Cartilhas e boletins produzidos pelos alunos e educadores do MEB na década de 60, em Sergipe e em outros estados.



influyente figura estadual que possibilitou articulações coletivas tanto em nível local, quanto a nível nacional.

Em consonância com as atividades desenvolvidas pelo MEB, Sergipe contou também com as experiências dos Centros Populares de Cultura (CPC's), da União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES) - ligada a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outros movimento ligados a artistas e estudantes.

Os Centros Populares de Cultura (CPC's) da UNE surgem no início da década de 1960, em meio às discussões acerca da cultura popular nacional e a incorporação de novas dinâmicas e discursos, principalmente político, e introduz a luta pela reformulação do ensino universitário, pela redefinição do papel da universidade na sociedade buscando romper os limites institucionais. Dessa forma, os CPC's buscavam produzir uma "conscientização" dos quadros e classes populares através da linguagem cultural (seja música, teatro, dança, cinema, literatura). Já que a cultura estava ligada ao mundo artístico, as iniciativas estavam voltadas para essa forma de atuação, levando e reelaborando a cultura do povo.

Em Sergipe, os Centros Populares de Cultura tem seus primeiros registros no ano de 1962, com a passagem da UNE-Volante, campanha da UNE que percorreu o país promovendo debates sobre a questão universitária e a proposta da arte engajada. A pesquisa realizada por Cruz (1998), sobre os CPC's em Sergipe, mostra que as ideias apresentadas pela UNE foram bem recebidas pelos estudantes sergipanos, que já tinham fortes mobilizações em relação à Reforma Universitária. No VIII Congresso Estadual dos Estudantes, as discussões circulavam sobre a necessidade da manutenção das faculdades sergipanas. Nesse período, o então arcebispo do estado, D. José Vicente Távora, participou desse congresso e colocou a necessidade da criação da Universidade Federal (CRUZ, 1998).

Além das discussões acerca da reforma universitária, Cruz (1998) aborda que a UNE-Volante proporcionou cursos rápidos de teatro, a fim de promover a criação de grupos teatrais. Impulsionado por essas discussões no

final do ano 1962 e início do ano 1963, é criado o CPC da União Estadual de Estudantes e o CPC da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas.

A respeito da visita da UNE-Volante e das primeiras articulações em torno do CPC em Sergipe, Costa (2009) destaca:

Em 1960 o presidente da UNE, Manoel Joaquim de Barros vem a Sergipe onde se reúne com os presidentes da Faculdade Católica de Filosofia, da Escola de Serviço Social, da Faculdade de Direito, de Química e de Economia para discutirem e mobilizarem todos os estudantes contra os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases que ameaçavam o ensino público gratuito. Os estudantes motivados realizaram passeatas contando com o apoio de professores, políticos e outras entidades (COSTA, 2009. página 39).

Assim como o CPC da UNE, que percorreu o país difundindo a proposta, Cruz (1998) nos mostra que o CPC da UEE também realizou caravanas pelo interior sergipano, disseminando as ideias da cultura popular e estimulando a criação de outros centros populares de cultura em nível municipal.

O CPC de Estância cuidará da apresentação de teatro popular, bem como realização de cursos de alfabetização, educação cultural. O centro, que funcionará inicialmente com as divisões de música, teatro e alfabetização foram criados por ocasião da apresentação do Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes naquela cidade, faz parte de um vasto programa visando à instituição em vários municípios sergipanos, de centros populares de cultura, a fim de levar divertimento e educação ao povo. (Gazeta de Sergipe, 04/05/63 *apud* CRUZ, 1998; página 47).

Nesse sentido, podemos apreender que o CPC da UEE se desenvolveu e se intensificou no Estado a partir de vários investimentos. Dessa forma, o cenário da educação popular, em Sergipe, conta inicialmente com investimentos por parte da igreja católica, de estudantes e artistas locais.

Em 1964, entra em cena no estado outro elemento fundamental para entendermos a mobilização em torno da educação popular. Trata-se da criação, por parte do estado e do então governador Seixas Dória, do Movimento de Cultura Popular (MCP), inspirado no modelo de Recife, Pernambuco, e das práticas de educação Freireana. O governo então se aproxima dos movimentos de cultura e educação popular, como o MEB e o CPC. Na pesquisa elaborada por Cruz (1989) observamos que a vinda de

Paulo Freire a Sergipe, principal coordenador e idealizador do movimento em nível nacional, chegando a ministrar cursos sobre o seu método de alfabetização de adultos, deu maior visibilidade ao movimento no estado.

Ainda, como afirma o autor Cruz (1998), o projeto político-cultural que vinha sendo desenvolvido no estado passa a ser incorporado, gradativamente, pela esfera governamental, com a forte participação de estudantes universitários junto a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Saúde. Nesse sentido, o autor Cruz apresenta que,

O MCP passaria a atuar em duas vertentes: no movimento de educação popular MEB, MCP, CEA e no movimento de cultura popular com o CPC da UEES, TGB – Teatro Gato de Botas, Teatro novo de Sergipe... O apoio fornecido pelo MCP, através da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde era realizado através da concessão de espaços, contratação de diretores e montagem de peças (CRUZ, 1998; página 53).

Dentro desse contexto de articulação do estado com a educação popular, destacamos ainda as Campanhas de Alfabetização desenvolvidas em Sergipe e no território nacional. Em 1963, no governo de Jango, surge, no Brasil, o Plano Nacional de Alfabetização – PNA. Em janeiro de 1964 o plano nacional se transforma em Comissão Nacional de Alfabetização, com o objetivo de traçar uma política nacional nesse campo e de incentivar e coordenar os diversos esforços de erradicação do analfabetismo.

Vale ressaltar que, nesse período, o Brasil estava sob o governo de João Goulart(1961/1964), que se caracterizou por empunhar a bandeira das reformas de base (agrária, política, bancária, educacional),<sup>3</sup> como respostas às pressões reivindicativas de várias camadas sociais. Esse governo respondia a uma grande movimentação política e econômica do país, os chamados “anos dourados”, marcados pela rápida industrialização, vista como condição ao desenvolvimento, numa tentativa de progresso dos “cinquenta anos em cinco”, do governo Kubitschek (1956/1961). A entrada de capitais estrangeiros e as grandes metas desenvolvimentistas instauraram um “governo populista”, mas culminou em crises econômicas.

---

<sup>3</sup> Para mais informações consultar BEZERRA, 1980.

Diante do apresentado, o que podemos apreender é que a educação popular em Sergipe, assim como no cenário nacional, emerge e ganha força a partir da atuação e investimento de vários setores da sociedade, seja intelectual, religiosa ou estatal, e, dessa forma, podemos considerá-los como verdadeiros movimentos de mobilização de atores sociais (líderes populares, técnicos, estudantes, religiosos e políticos).

Todavia, gostaria de destacar a forte atuação do campo ecumênico, como personagem fundamental no delineamento da causa da educação popular. A igreja católica, até final dos anos 1980, criou e fortaleceu inúmeros movimentos sociais e conseguiu estabelecer alianças entre Igreja/Estado e Igreja/Povo.

No que diz respeito a sua articulação com o movimento estudantil em Sergipe, podemos ressaltar a forte penetração da Juventude Universitária Católica – JUC, criada com fins religiosos, mas que depois passou a dotar uma postura política. No final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, o movimento estudantil universitário sergipano estava sob a hegemonia da Juventude Universitária Católica – JUC e depois seus militantes passaram a atuar na Ação Popular – AP, passando a assumir uma posição ainda mais engajada (CRUZ, 1998).

Além dessas articulações, no que diz respeito ao envolvimento da igreja católica com a sociedade, podemos destacar a emergência da Juventude Operaria Católica (JOC) e a Ação Católica Operaria (ACO), que conseguiram penetrar em diversos bairros e comunidades de Aracaju, capital sergipana, fazendo emergir diversas associações de bairros e a mobilização de atores sociais.

No que diz respeito ao “protagonismo” dos MEB’s na emergência da educação popular, os mesmos conseguiram penetrar e se manterem nos mais diferentes bairros, favelas, comunidades rurais, ou seja, lugares com menor acesso foram assistidos por padres, bispos, beatas e religiosos. Esse era um “dever” por parte dessas pessoas, que tinham a questão social como uma missão a ser realizada.

Dessa forma, podemos observar no quadro a seguir essa forte atuação dos MEB's no nordeste brasileiro. Dos nove Estados nordestinos, oito tinham a atuação dos Movimentos de Educação de Base.

Esse quadro foi elaborado a partir das citações de notas de rodapé da autora Aída Bezerra, 1980, no qual propunha apresentar a forte presença da educação popular nos Estados do nordeste, no ano de 1964, frente ao cenário nacional.

**Tabela 2. Quadro da Educação Popular por Estados nordestinos em 1963**

<b>ESTADOS</b>	<b>MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR</b>
<b>Alagoas</b>	-Movimento de Educação de Base
<b>Bahia</b>	-Movimento de Educação de Base -Centro Popular de Cultura – UNE
<b>Ceará</b>	-Movimento de Educação de Base
<b>Maranhão</b>	-Movimento de Educação de Base
<b>Paraíba</b>	-Campanha de Educação Popular -Sistema de Radioeducativo da Paraíba
<b>Pernambuco</b>	-Movimento de Educação de Base -Movimento de Cultura Popular -Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal
<b>Piauí</b>	-Movimento de Educação de Base
<b>Rio Grande do Norte</b>	-Movimento de Educação de Base -Campanha de Alfabetização da Secretaria de Educação do Estado: “De pé no chão também se aprende a ler”

	-Campanha de Alfabetização da Prefeitura de Natal
<b>Sergipe</b>	-Movimento de Educação de Base -Centro Popular de Cultura - UEES -Campanha de Alfabetização da Secretaria de Educação

FONTE: BEZERRA, 1980. Notas de Rodapé.

Diante do quadro apresentado, podemos observar que em alguns estados nordestinos predominava apenas a presença dos MEB's, como é o caso do Piauí, Ceará, Maranhão e Alagoas. Em outros, podemos encontrar a presença de intervenções tanto por parte da Igreja, como do estado, com as campanhas de alfabetização, assim como as universidades, com projetos de extensão e os CPC's – Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes e União Estadual de Estudantes de Sergipe (UNE/UEES). Em Sergipe, houve a atuação por parte dessas três esferas: Estado/Igreja/Universidade.

Dessa forma, observamos que a emergência da educação popular em Sergipe se deu pelo investimento e articulação de vários setores da sociedade, como a igreja, com Movimento de Educação de Base (MEB), a Universidade com os Centros populares de Cultura (CPC's) da União Nacional e a União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UNE/UEES) e as ações providas de articulações de líderes e movimentos sociais como o Movimento de Cultura Popular (MCP) que agiam em conjunto com o estado.

O que chama atenção é que a educação popular transcende as perspectivas de alfabetização de jovens e adultos, constituindo uma “educação” diferenciada, como forma de liberdade, proporcionando uma maior “conscientização” dos indivíduos. A educação popular era vista e idealizada, sobretudo, como uma busca de integrar os indivíduos aos grupos populares e o apoio e fortalecimento de movimentos populares.

Todavia, essa efervescência do Movimento de Educação de Base, bem como todas as experiências voltadas para a educação popular, foram abafadas

pelo regime autoritário que se instalou no Brasil em 1964, passando assim a viverem na “clandestinidade” ou, até mesmo, chegarem ao fim.

Nesse período de fechamento político, muitos militantes, educadores, padres e bispos foram perseguidos e até presos, materiais de aula do MEB apreendidos e Paulo Freire, fundamental idealizador de uma “cultura popular”, no Brasil, foi exilado.

Em Sergipe, Cruz (1998) mostra que o CPC da UEES, o MCP e MEB foram os primeiros alvos do regime militar, tidos como movimentos de “subvenção social”. Nesse sentido, a Gazeta de Sergipe, jornal de grande circulação do estado na época, considera:

A portaria criará o MCP, e ao mesmo tempo revogou todas as portarias de nomeação do Conselho Curador e membros dos diversos setores do Movimento de Cultura Popular, que funcionava numa sala da Secretaria de Educação. Segundo estamos informados, também deverão ser fechados os Centros Populares de Cultura existentes em todo o Estado, inclusive os mantidos pelos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Direito, Filosofia e Ciências Econômicas e da União Estadual dos Estudantes além do MCP da cidade de Propriá... Medidas que estão sendo adotadas pelas autoridades Federais, visando abolir os órgãos considerados focos de agitação social e popular. (Gazeta de Sergipe 10/04/64 apud CRUZ, 1998; página 55).

Como observa o autor Cruz, nos anos que sucederam ao ano de 1964, estudantes e indivíduos engajados na causa resistiram à nova ordem política, muitos estudantes foram presos e líderes dos movimentos ligados à educação e cultura popular foram processados (CRUZ, 1998).

Contudo, o MEB conseguiu resistir. No primeiro ano após o golpe militar, o movimento teve suas atividades paralisadas, tanto a nível nacional quanto em Sergipe. Desde então, suas posições políticas tiveram que ser retratadas e Dom José Távora passou a assumir o movimento no estado de forma mais cautelosa. Isso não permitiu que o MEB continuasse suas atividades como era antes. O financiamento, por parte do estado, foi reduzido e atrasado, sendo necessário reduzir o número de funcionários que trabalhavam no movimento (FARIAS, 1996).

Dessa forma, Farias (1996) mostra que o MEB conseguiu resistir no estado até o ano de 1970, em meio a essa conjuntura política, entretanto, não

da mesma maneira. Após o golpe, o MEB reduziu suas atividades e estratégias, mudando assim o perfil do movimento.

Dentro desse contexto, as mobilizações chegam ao fim e, em Sergipe, assim como em todo o Brasil, se desfazem, contando apenas com pequenas articulações e atividades.

A partir de meados de 1970, a educação popular volta a fazer parte da agenda de debates das mobilizações coletivas. A perspectiva da causa passa a ser ressignificada. Antes associadas à experiência de alfabetização de adultos, como as escolas radiofônicas do MEB, as Campanhas de Alfabetização do Estado e até mesmo os Centros Populares de Cultura, agora a educação popular passar a ser pensada sob a perspectiva organizacional, agregando novos valores políticos “democracia de base” e a “autonomia”, dentro da metáfora do “povo sujeito da própria história”.

Dessa forma, o próximo tópico preocupa-se em entender como essa nova perspectiva se apresenta ao movimento e assim instaura uma nova dinâmica organizacional.

## **2- A “ressignificação” da Educação Popular: Contextos e Dinâmicas**

Nos anos de 1970 e 1980, a “ressignificação” da causa contou com o investimento de diversas mobilizações provindas da organização social, engajadas na luta pela democratização e liberdade, a reentrada da igreja católica, que se afasta da ala mais conservadora, como também com o investimento de intelectuais e educadores.

As produções acadêmicas nas ciências sociais, de uma forma geral, em torno da educação popular datam a partir do final da década de 1970 e início de 1980. Dessa forma, encontramos uma literatura engajada acerca da causa, numa busca pela redefinição do “novo” papel e modelo de atuação na sociedade.

Ora, nesse período, instaura-se na academia brasileira uma forte inserção de leituras gramscianas, impulsionando o debate acerca das



definições da cultura popular e a posição dos intelectuais nesse cenário. Esse marcaria o segundo momento de “engajamento”, por parte dos intelectuais. O debate já havia sido construído anteriormente, como mostra Daniel Pecaú, sociólogo francês, em sua obra “Os intelectuais e a política no Brasil” (1990), no qual as leituras marxistas impulsionam essa tomada de posição por parte dos intelectuais, sendo eles os responsáveis pela “missão” de conscientizar as massas.

Contudo, essa tomada de posição que se constituiu nos anos 1980 e percorreu os anos 1990, impulsionou uma nova dinâmica à educação popular, ou seja, essa literatura engajada fortaleceu as “redefinições” do movimento, instaurando assim um “novo modelo”.

Podemos encontrar essa busca pela redefinição da causa nas obras de Brandão (1980, 1995), Bezerra (1980), Favero (1983, 2010) e Doimo (1995), entre outros. Muitos deles se engajaram inclusive como educadores, como Carlos Brandão e Aída Bezerra.

No cenário estadual, essa conjuntura não teve grandes expressões. Só a partir dos anos de 1990 que encontramos uma literatura voltada para a preocupação em definir o movimento e colocá-lo dentro do debate nacional, como as obras de Farias (1996), Cruz (1998), Barros (1995). Nos anos 2000, encontramos uma literatura mais engajada, como a obra de Figüêredo (2003), Francisco (2004), entre outros.

Dessa forma, podemos considerar que esse debate produzido pela academia, de certa forma contribuiu para a redefinição do movimento e suas estratégias de atuação. Essa conjuntura instaurada nas organizações engajadas na causa propiciou uma mudança no perfil, possibilitando, também o surgimento de novas outras, proliferando, assim, um ressurgimento da “organização popular” no território nacional.

Nesse sentido, muitas organizações que ainda caminhavam especificamente sob a perspectiva da alfabetização, desenvolveram uma nova nomenclatura, “escolarização popular”, se diferenciando assim dessas novas iniciativas de “educação popular” (DOIMO, 1995).

Dessa forma, essa nova concepção vai se afirmando enquanto movimento organizado e inclui a sua pauta discussões acerca da teoria e prática, conhecimento formal e informal. Essas discussões ganham espaço em meados dos anos 80, chegando até a criação do Instituto Universidade Popular (UNIPOP), destinado à educação popular e à realização de estudos com a finalidade de subsidiar os movimentos sindicais, populares, urbanos e camponeses (DOIMO, 1995). Como também a criação da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicatos (ANAMPOS), 1980. Essa organização surge no final de 1979 e início de 1980, numa proposta de apoiar, articular e formar as novas lideranças e movimentos populares que estavam surgindo no contexto de reabertura política, envolvendo diferentes atores sociais como: sindicalistas intelectuais e organizações religiosas, como a CEB's - Comunidades Eclesiais de Base (SANTOS, 2003).

Nesse contexto, as organizações mudam sua dinâmica de grupo e formas de atuação, criando materiais que contém ensinamentos práticos de “como fazer uma reunião”, técnicas eficazes de como proporcionar a “participação de todos”, informações ágeis de “como fazer ata ou criar associação de moradores”<sup>4</sup>. Isso revela a preocupação, por parte dessas organizações, em fortalecer a participação popular na cena política, prestando assim assessoria e formação.

Em Sergipe, essa nova dinâmica e perspectiva atribuída à educação popular e a necessidade de articulação dos indivíduos em grupos, voltam ao campo de debates. Em 1976, ocorrem as primeiras tentativas de articulação do movimento nesses “novos moldes”, envolvendo principalmente professores e alunos da Universidade Federal de Sergipe, já então articulados no período anterior, com os CPC's. Todavia, as mobilizações minguaram e o movimento não foi à frente.

Nos anos que sucedem esses acontecimentos, o Brasil passava por uma efervescência de mobilizações no campo dos movimentos e organizações sociais. Era a luta pela redemocratização política, tendo como campanha principal as “Diretas já!”. Em consonância a essa perspectiva, o estudo

---

<sup>4</sup> Para mais informação consultar DOIMO, 1995.

elaborado por Ibarê Dantas, acerca da historiografia política do Estado de Sergipe, mostra que os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental nesse período de transição democrática do país. O autor observa:

O comício em Aracaju ocorreu em 26.02.84. na praça Fausto Cardoso e cerca de 30 mil pessoas ouviram por quatro horas vinte e um oradores entre os quais as grandes estrelas nacionais da campanha das Diretas. Desde o início dos anos sessenta não se via em terras sergipanas comício naquelas proporções. (DANTAS, 2004. página 228).

Todavia, o estado continuava fechado politicamente. Enquanto o país elegia dez candidatos da oposição para governos pelo voto direto nas eleições de 1982, enfraquecendo assim, o domínio militar, em Sergipe, a eleição de 1982 elege o ex-prefeito de Aracaju João Alves Filho (PDS), assumindo em fevereiro de 1983, que era desfavorável aos andamentos da abertura política (DANTAS, 2004).

Dentro desse contexto, a educação popular volta a ganhar espaço nas discussões do estado, nesse mesmo ano, 1982, ocorrem articulações em torno da necessidade de criação de um movimento que desse apoio aos movimentos no estado. Dessa forma, tenta-se criar o Centro de Apoio aos Movimentos Sociais (CAMPO), mas este também não se manteve. No estudo elaborado por Figuerêdo (2006), podemos apreender que esse movimento não vai à frente por uma baixa articulação em relação à educação popular. Os indivíduos que estavam engajados na causa, também se mobilizaram em torno da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no estado e, assim, priorizaram tal movimento. Nesse mesmo período, organizou-se no estado, o Movimento Sem Terra (MST), e o Movimento Força Sindical, especialmente os petroleiros e os operários da indústria química, fortalecendo assim a criação da CUT.

Nessa mesma onda de mobilização por parte dos bairros, outros movimentos sociais emergiram: os sem teto, os negros, os meninos e meninas de rua, todos tentando se organizar e reivindicar direitos e assim passou a enriquecer as iniciativas da sociedade civil com passeatas e atos públicos (DANTAS, 2004). Houve uma febre de organizações dos grupos populares, uma grande proliferação de associações de bairros. De maio para julho de 1985, o número de entidades passou de nove para cerca de setenta e cinco

(9/75), além dos vinte e oito centros sociais, afirma Dantas (2004), historiador sergipano.

Isso pode ser decorrente de campanhas assistencialistas por parte do estado como, por exemplo, a campanha de distribuição de leite. Houve uma necessidade de cadastramento para o recebimento dos benefícios e isso levou a mobilizações das comunidades. Nessa movimentação, entraram em cena novos atores sociais: grupos políticos, com o intuito, por exemplo, de orientar/manipular essas lideranças das comunidades, mas continuou a atuação de outros atores, como a Igreja, como é o caso da Associação de Moradores do Bairro 18 do Forte. Essa associação foi criada, como relata em entrevista Maria Mota, filiada ao CESEP e a associação, para conseguir acessar o programa de assistência do estado, porém, já se manifestavam articulação em torno da organização coletiva no bairro, agitada fundamentalmente pela igreja através da Ação Católica Operária – ACO.

Essas mobilizações ocorridas até então, possibilitaram com que o debate em torno da educação popular permanecesse vivo entre as organizações. A igreja, estudantes e professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), movimentos e organizações sociais persistiam na necessidade de criação de uma organização representativa no estado.

Nessa conjuntura, apreendemos o engajamento de professores acerca das problemáticas sociais. Com os programas de extensão da Universidade Federal de Sergipe, havia um “incentivo” por parte desses professores em envolver os alunos com a realidade social em que estavam inseridos. Dessa forma, observamos a atuação da professora do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, Maria Luiza de Souza, que tinha uma aproximação com vários movimentos sociais de Aracaju, como a AMABA, AMASC, Movimento sem Teto, Movimento Negro, entre outros (FRANCISCO, 2004). Isso a caracteriza como uma pessoa articuladora, que ao mesmo tempo em que tinha uma atuação com movimentos dentro do estado, estabelecia relações com movimentos, organizações e atores a nível nacional.

Ann Mische (1997) chama atenção para o fato de esses atores funcionarem como “pessoas-ponte”, justamente uma pessoa com grande poder articulador, que podem *evocar sua multiplicidade de laços para serem “vistas”*

*em uma variedade de contextos sociais, e assim viabilizar oportunidades para conexão e ação conjuntas de diversas pessoas ou grupos* (MISCHE, 1997). Essa “ponte” se constrói pelo fenômeno da militância múltipla, bem característico aos atores sociais no pós-período de redemocratização.

Em entrevista, Carlos Trindade, primeiro presidente do CESEP, afirma que a professora Maria Luiza foi fundamental nesse processo de criação da entidade, pois foi a partir de sua relação e articulação com os movimentos sociais de Aracaju, a UFS e outros contatos a nível nacional, como a Universidade Metodista de Piracicaba/SP, que impulsionou o debate em torno da criação de uma organização representativa e apoiadora dos movimentos populares em Sergipe. Vale ressaltar que esse contato com a Universidade Metodista de Piracicaba/SP, proporcionou a ida de alguns líderes de movimentos populares de Sergipe para participarem de treinamentos e observar experiências de outros movimentos populares do país<sup>5</sup>. A esse contexto, Carlos Trindade considera,

A professora Luiza enviou a São Paulo um grupo de cinco pessoas... Eu, a Maria de Fátima, a Ana Paula Borges e outras duas, para ver de perto a experiência de organização de um centro lá de São Paulo, que já trabalhava com a Educação Popular, e ela tinha contato com essas pessoas, foi em Piracicaba. E esse grupo, retornando para Sergipe começou a tocar as coisas... Para replicar a experiência aqui... A expectativa era essa cobertura aos movimentos sociais. (Entrevista concedida por Carlos Trindade, em 29 de janeiro de 2015).

Essa experiência a nível nacional possibilitou uma maior mobilização das lideranças e movimentos a nível local, estimulando o debate em torno da criação de uma organização que fortalecesse os movimentos populares do estado de Sergipe.

Dessa forma, em novembro de 1987, aconteceu o I Encontro Estadual de Movimentos Populares em Aracaju, tendo como pauta principal a criação de uma entidade voltada para essas necessidades. Esse encontro teve o apoio e financiamento da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), por meio da articulação com a professora Maria Luiza de Souza, do Departamento de Serviço Social - UFS,

---

<sup>5</sup> Consultar ANEXO III – Registro fotográfico tirado em Piracicaba, SP, com lideranças que estavam à frente da discussão no estado de Sergipe: Carlos Trindade, Maria de Fátima, Ana Paula Borges, entre outros.

e de algumas lideranças do estado que estavam à frente dessa discussão, como Carlos Trindade, Maria de Fátima, Ana Paula Borges, entre outros. Contando ainda com o apoio de assessores da CUT e a participação de diversos movimentos, associações e organizações do estado. Esse encontro rendeu a composição de uma comissão que articularia o movimento a nível local e nacional, como os Fóruns de Educação Popular, que ocorriam anualmente no território nacional, no qual algumas lideranças estaduais participaram antes da criação do CESEP, e mesmo depois, no sentido de fortalecimento da entidade (FIGUÊREDO, 2006).

Dentro dessa conjuntura, as articulações em torno da criação de uma entidade voltada para a questão da educação popular ganharam forma, mobilizando diversos atores sociais. Todavia, não se tinha um lugar fixo para os encontros e reuniões, essas eram realizadas em associações de bairros e principalmente no CULTART/UFS (Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe). E em 11 de junho de 1988, ocorreu a assembleia de criação do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP), passando a ter sede fixa na Rua Argentina, nº 606, Bairro América.

## **2.1- Dinâmicas e dimensões da educação popular em Sergipe no contexto de “ressignificação”.**

O CESEP nasce, assim, sob os “novos moldes” da educação popular, numa “reformulação” da causa, em meados de 1980. Os movimentos se tornam mais “estratégicos”, encarando uma postura de múltiplas atuações. Dessa forma, apreendemos que o CESEP assenta em sua causa diversas pautas de atuação, mostrando-se uma organização bastante diversificada tanto na sua estrutura organizacional, composto por conselho político, um conselho fiscal e uma equipe executiva, estrutura comum às organizações nesse período, quanto nas formas de atuação, com uma diversidade de programas de formação e assessoria, mediação e, até mesmo, a alfabetização. Contava, assim, com os seguintes programas: Comunicação Social, Direitos Humanos, Ação Socioambiental, Direitos Raciais, Educação Popular (assessoria), Formação de Educadores e Alfabetização de Jovens e Adultos. Esses eram os

programas institucionalizados, mas também englobava outras questões, como a questão da moradia e terra, cultura, étnicas, de gênero e de juventude. Dessa forma, observamos que o CESEP incluiu à causa da educação popular uma série de pautas e passa, assim, a atuar em diversas áreas, aglutinando diversos movimentos e indivíduos do estado.

Nesse sentido, Dantas (2003) observa que a primeira função do CESEP foi operar como uma central dos movimentos populares de Aracaju, além das ações de *educação popular* em bairros periféricos de Aracaju e comunidades interioranas de Sergipe, o CESEP cedeu o seu espaço físico para reuniões de outras organizações sociais e sindicais naquele período.

No quadro a seguir podemos apreender as diferentes organizações e movimentos que estavam articulados na criação do CESEP. Esses movimentos provinham de comunidades, como as associações de bairros, da Universidade Federal de Sergipe, da igreja católica e de instituições representativas, como é o caso da CUT.

**Figura 3. Quadro de Organizações que compunham o CESEP na sua criação.**

<b>Associação de Moradores do 18 do Forte</b>
<b>Associação de Moradores da Prainha</b>
<b>Associação de Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA)</b>
<b>Associação de Moradores e Amigos do Siqueira Campos (AMASC)</b>
<b>Central Única dos Trabalhadores (CUT)</b>
<b>Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)</b>
<b>Departamento de Serviço Social (Estudantes e Professores) – UFS</b>
<b>Departamento de Ciências Sociais (Estudantes e Professores) – UFS</b>
<b>Movimento Negro – União dos Negros de Aracaju (UNA)</b>
<b>Movimento Sem Teto</b>

Assim, o CESEP surge como uma organização preocupada em atuar na formação, assessoria e articulação dos grupos e lideranças populares do estado<sup>6</sup>. De acordo com o estatuto observamos seu objetivo:

- a) Promover a articulação assessoria e acompanhamento das práticas populares através de um programa educativo que viabilize a consolidação e ampliação da organização do movimento popular em Sergipe
  - b) Realizar seminários e encontros que possibilitem uma maior informação, formação e articulação das lideranças, contribuindo para o fortalecimento da organização popular em Sergipe
- (1º capítulo do estatuto do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP *apud* FIGUERÊDO, 2004).

Esses “princípios políticos” do CESEP estavam de acordo com o movimento popular a nível nacional, sobretudo com o estatuto da ANAMPOS, que passa a ter como referência no estado o CESEP. Vale ressaltar que o movimento popular a nível nacional encontrava-se bastante articulado, com atuação na maioria dos estados brasileiros.

Dessa forma, podemos perceber que o CESEP é fruto de uma articulação entre diferentes atores sociais tanto a nível local, quanto a nível nacional. Observamos ainda que, no estado de Sergipe, as articulações entre a igreja, universidade e as comunidades que se manifestaram nas primeiras experiências da educação popular nos anos 1960, permaneceram vinculadas nesse novo processo de construção do CESEP. Entretanto, devemos considerar as diferentes dinâmicas de atuação desses personagens. O grupo universitário que contava com o engajamento dos estudantes, articula-se agora também com os professores e a universidade em seu sentido institucional, num diálogo mais próximo entre comunidade e universidade, com seus projetos de

---

<sup>6</sup> Consultar ANEXO IV – Registro de algumas atividades promovidas pelo CESEP, destacando a oficina de comunicação social e videoteca, a formação de Educadores populares e atividades culturais na AMABA.



extensão, revelando certo engajamento de professores e estudantes em movimentos sociais do estado.

A Igreja também muda suas estratégias de atuação. Nesse contexto, a Teologia da Libertação ganha força e passa a ocupar órgãos estratégicos para a definição da política da Igreja, mais precisamente no que diz respeito à educação. Dessa forma, o campo ecumênico continuou engajado em atividades de articulação social e na causa da educação popular. Desde os primeiros passos da educação popular no estado de Sergipe, a igreja se mostra bastante representativa e aglutinadora, fortalecendo a causa e suas formas de atuação.

Diante desse contexto, percebemos que as mobilizações em torno da causa da educação popular em Sergipe encontram dois momentos de fervores. Em ambos os períodos, a causa conseguiu penetrar na agenda de debates do estado, agitando e articulando diversos atores sociais. No primeiro período, que constitui os primeiros passos a educação popular, as atividades conseguem penetrar os mais diferentes espaços de articulações como, universidade, bairros, comunidades rurais, igreja e, até mesmo, o estado. Esse primeiro momento nos revela que as dinâmicas de mobilização se constituíram em torno de um engajamento “devotado”, mesmo no movimento estudantil, no qual se pretendia conscientizar os indivíduos pela arte popular com a presença da evangelização.

Já no segundo momento, quando a causa passa por uma reestruturação, a educação popular ganha um caráter mais político. O contexto de reabertura política favorece o debate em torno de uma organização que prestasse apoio aos movimentos, que até então eram crescentes.

As mobilizações deixam de se preocupar diretamente com a “conscientização” do indivíduo para se tornar um “ser livre”, e agora passam a se preocupar com a formação de organizações, numa construção do empoderamento da organização coletiva. É nessa conjuntura que o CESEP se estrutura, caracterizando-se como uma organização urbana, preocupada em fortalecer e assessorar os diversos movimentos, associações e lideranças que proliferam no contexto de reabertura política.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o CESEP se constituía como uma organização representativa e de assessoria aos movimentos populares, havia uma cobrança por parte das lideranças dos movimentos de que o CESEP precisava atuar também como um movimento popular em intervenções, conflitos e reivindicações, como afirma Carlos Trindade em entrevista. Dessa forma, o CESEP passa a atuar tanto no campo institucional, formando e assessorando movimentos e lideranças, como também articulando movimentos sociais. Essa dinâmica, como afirma Figuerêdo (2003), gera uma crise institucional, na qual o CESEP precisava “redefinir” seus métodos e objetivos de atuação.

Dentro dessa conjuntura, com o apoio do próprio CESEP, cria-se a comissão de Pró-Central dos movimentos populares, com o intuito de organizar uma central voltada para essas demandas dos movimentos populares e, sobretudo, a “reforma urbana”, estimulando e articulando os movimentos.

No cenário nacional, essa preocupação em “definir” o papel do movimento também atingiu a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicatos (ANAMPOS), organização máxima de representação e assessoria aos movimentos populares brasileiros. Com o crescente surgimento de movimentos populares, instala-se uma dificuldade de unificar as múltiplas lutas e reivindicações. Dessa forma, é criada a Comissão da Pró-Central dos Movimentos Populares em 1989, no 8º Encontro Nacional dos Movimentos Populares da ANAMPOS, com o intuito de organizar os movimentos populares que lutavam pela reforma urbana (SANTOS, 2003), passando, assim, a atuar em diversos estados brasileiros, como é o caso de Sergipe.

A reforma urbana, proposta por esse movimento, afirma Santos (2003), não deve ser entendida simplesmente como uma questão de moradia, mas um movimento que englobe todas as pautas que envolvem as pessoas que vivem nas cidades, discussão de todas as necessidades básicas, como moradia, saúde, educação, transporte, saneamento básico, lazer, a questão ecológica e etc. (SANTOS, 2003).

Com as crescentes demandas a nível nacional, em 1993, a Pró-central passa a ser Central dos Movimentos Populares (CMP), passando a representar formalmente os movimentos populares que aderiram as propostas dessa

organização, como: Associações de Moradores, Movimento de Luta pela Moradia, Comunidades Eclesiais de Base, Movimento de Saúde, Movimento Sindical, Movimento de Mulheres, Movimento de Favela, Movimento Negro, Movimento ecológico e Movimento Indígena (SANTOS, 2003).

Nesse mesmo ano, se constitui em Sergipe a coordenação estadual da CMP, que mesmo tendo uma proposta diferenciada da educação popular, passa atuar no estado inicialmente em conjunto com o CESEP. Essa conjuntura modifica, de certa forma, a dinâmica de atuação do Centro Sergipano de Educação Popular. Antes, observamos uma multiplicidade de atuação por parte do CESEP, em meio aos movimentos sociais. Com o surgimento da CMP em Sergipe o CESEP deixa de exercer esse papel articulador e reivindicativo e passa a se concentrar no apoio e assessoria.

Essa conjuntura vai intensificar a disputa de identidade e posição da organização no estado. Em entrevista com algumas lideranças dessa organização, podemos apreender a intensificação de conflitos e disputas internas direcionadas à “definição” do papel do CESEP nesse período. Por um lado, encontramos um grupo preocupado em caracterizar a organização como entidade de apoio e assessoria aos movimentos populares, definindo-a como Organização Não-Governamental (ONG). Por outro lado, observamos os que estavam preocupados em manter as formas de atuação tradicional de movimento representativo e reivindicativo, em conjunto com o papel de assessoria, defendendo que o CESEP precisava manter esse caráter de movimento.

Vale ressaltar ainda que, muitos movimentos que fizeram parte do surgimento e que compunham o CESEP, se institucionalizaram, como é o caso do Movimento Negro, que se torna em 1993, a Sociedade Afro Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI). O Movimento Nacional de Direitos Humanos, que atuava através do CESEP, passando atuar como Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH), 1991, e o Centro do José Brandão de Castro (CDJBC), 1995, que passa “competir” com o CESEP no nível de articulação e apoio aos movimentos sociais de Sergipe. Muitos recursos financeiros e articulações políticas que antes passavam pelo CESEP, como entidade “administradora”, agora passam direto para essas novas entidades.

Essa nova dinâmica implicou mudanças estruturais ao CESEP. No ano de 1993, foram desativados alguns programas de atuação da organização, como: o Programa de Direitos Humanos e de Assessoria Urbana e Ambiental, resumindo-se apenas aos programas de formação e comunicação (FRANCISCO, 2004).

Contudo, a análise desenvolvida até aqui revela como os acontecimentos sociais e políticos são fundamentais para a mudança de conduta e de dinâmica em torno de determinada causa. A causa da educação popular se modificou no cenário local em consonância com o nacional. Todavia, não podemos ser deterministas e simplistas. As mobilizações sociais vão além das estruturas e contextos sociais e é necessário levar em conta as redes, alianças e conflitos que se apresentaram à educação popular, colocando-a na agenda de debates e constituindo diferentes formas de engajamento e envolvimento político. Dessa forma, apreendemos que Sergipe instaura uma dinâmica própria na qual se estabeleceu uma “rede de relações” que, desde os primeiros passos da causa no estado, mobilizaram diferentes atores sociais e foi se transformando, ao longo do tempo, no cenário local, em consonância com o nacional, possibilitando assim a emergência do CESEP.

Nesse sentido, apreendemos que a criação do CESEP se deu a partir da articulação de diversos agentes sociais, provinda da sociedade civil (como os movimentos, organizações, universidade) e da igreja, permitindo que o CESEP se torne uma organização representativa e expressiva em Sergipe.

Diante desse contexto, o capítulo mostra que a educação popular, no estado de Sergipe, se configurou como um forte cenário de mobilizações e engajamento político, desenvolvendo diferentes dinâmicas de atuação e organização popular.

Desde as primeiras manifestações em torno da causa, na década de 1960, observamos um movimento bastante diversificado e atuante no estado de Sergipe e no território nacional, impulsionando a criação e o engajamento de diferentes setores da sociedade, como a igreja católica, estudantes e professores universitários, intelectuais, lideranças, movimentos e, até mesmo, o estado.

Dessa forma, observamos que a educação popular experimenta dois momentos diferenciados de efervescência no qual encontramos uma dinâmica própria de atuação. Ora, no primeiro momento, encontramos tanto a nível local quanto nacional, manifestações e mobilizações em torno de uma perspectiva “libertadora” dos indivíduos, ou seja, era preciso “conscientizar” os indivíduos acerca da realidade em que viviam isso tanto pelos programas de alfabetização quanto pela arte engajada, estimulando assim a organização popular.

Já o segundo momento, caracteriza-se por uma dinâmica mais política da educação popular. Dessa forma, observamos que a causa passou por uma redefinição da sua função, a fim de torná-la mais estratégica e atuante, estimulando a formação e articulação dos antigos e dos novos atores sociais.

A criação do CESEP no estado de Sergipe revelará essa nova preocupação do movimento em torno da educação popular, todavia encontramos uma peculiaridade no movimento local. Observamos que essa organização atuava a partir de uma intersecção de diferentes causas dentro de uma causa maior, que era a educação popular. Essa dinâmica diferenciada fez com que essa organização aglutinasse diferentes pautas e movimentos dentro da sua proposta de articulação e formação, constituindo-se assim como um forte ator político no estado.

Por fim, a presente investigação se mostrou necessária no sentido que nos possibilitou compreender como a educação popular entra para a agenda de debates do estado e como a mesma se reconfigurou e se manteve ao longo dos anos. Revelando ainda, como transformações ocorridas nos diferentes contextos da sociedade, como a redemocratização política, impulsiona e modifica práticas de mobilizações coletivas e assim compõem diferentes significados, engajamentos e legitimidade a causa.

Todavia, faz-se necessário entender os mecanismos de funcionamento e estratégias em torno da causa. Isso é possível a partir de uma análise mais detalhada em torno das alianças e significados que os diferentes movimentos, organização e indivíduos atribuem. Dessa forma, os capítulos seguintes se dedicarão a investigar os contornos da causa, como a mesma se desenvolve nos diferentes contextos e como os indivíduos se identificam e dão significado a ação.

O segundo capítulo, “interseções da educação popular em Sergipe: compreendendo a causa a partir das redes estabelecidas”, percorre por uma análise através das redes de relações estabelecidas entre as organizações e movimentos, apreendendo suas articulações e estratégias.

O terceiro capítulo, “trajetórias e engajamentos: as diferentes experiências em torno da educação popular em Sergipe”, busca compreender, a partir das trajetórias dos indivíduos, os perfis dos militantes engajados na causa, possibilitando uma análise das lógicas de atuação dessa organização e da causa no estado.

## **II CAPÍTULO**

### **INTERSECÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SERGIPE: COMPREENDENDO A CAUSA A PARTIR DAS REDES ESTABELECIDAS**

O campo de estudos em torno dos movimentos sociais tem crescido nos últimos anos, nas ciências sociais. Trata-se de um campo bastante fértil e dinâmico e, dessa forma, corremos o risco de engessar ou camuflar fatos e ações das atuações coletivas.

Como mencionado anteriormente, as grandes teorias tendem a generalizar certos fatos e, assim, provocam lacunas na compreensão do objeto investigado. Essa é uma preocupação de alguns autores e estudiosos dos movimentos sociais (CEFAÏ, 2009, OLIVEIRA, 2009, 2010, 2013; RUSKOWSKI & SILVA, 2009).

Muitos conceitos e perspectivas analíticas vêm sendo incorporadas a esse campo de investigação. A análise de "redes" é uma delas. O conceito é antigo e bastante utilizado pelas ciências sociais e outras ciências, como a matemática, a comunicação, a biologia, entre outros, mas recém introduzido na sociologia dos movimentos sociais. Nessa área, tem oferecido contribuições bastante relevantes, quando propõe uma investigação mais profunda às relações sociais, permitindo compreender diferentes expressões e conexões da ação coletiva.

A perspectiva analítica de redes permite identificar os indivíduos, os grupos e organizações aos quais pertencem e são identificados, assim como os movimentos e instituições que interagem no fortalecimento da causa, inclusive a interação com outras redes. Muitos estudiosos têm se aprofundado em torno dessa questão, oferecendo quadros analíticos mais estruturais das redes, como também questões mais dinâmicas, levando em conta as interações e significados atribuídos pelos indivíduos.

Nesse sentido, o presente capítulo se insere nesse universo de investigação, no qual possibilitou compreender como as redes de relações implicam dinâmicas diferenciadas no funcionamento das organizações e também de identificação dos indivíduos à causa, uma vez que as redes se estabelecem tanto formal quanto informalmente, perpassando pelos interesses coletivos e individuais.

A educação popular teve uma trajetória bastante densa e complexa. Desde seu surgimento, passou por diversas transformações, diversificações e fragmentação da causa. Dessa forma, a investigação através das redes e alianças estabelecidas, se mostra necessária no sentido que nos traz elementos para entendermos o processo de desenvolvimento e expansão da causa da educação popular no estado de Sergipe, bem como sua diversificação.

Diante disso, vale ressaltar que a utilização da perspectiva de redes, no presente estudo, não está ligada a redes formais de relações, nas quais os atores se articulam como estratégia do movimento, bem como a perspectiva de “movimentos em redes” incorporadas a muitos movimentos como forma de ampliar sua participação na esfera política. Trata-se de uma análise que busca mapear o universo no qual a causa está inserida, observando elementos que até então poderiam ser camuflados como alianças estratégicas e dinâmicas de atuação.

Para Ann Mische (1997), as redes de relações visam analisar as interações e divergências entre os atores envolvidos na ação. Em sua pesquisa acerca dos movimentos estudantis no Brasil na década de 90, Mische compreende que as redes de relações devem partir de uma análise dinâmica. Em vez de buscar elementos ou interações pré-definidas ou autônomas, devemos partir de uma *análise sistêmica, focalizando na multiplicidade das redes interpessoais e organizacionais*. Isso significa abrir novos caminhos na compreensão da cultura política e de como ela é reformulada através das suas interações sociais.

Como apresentado no capítulo anterior, a educação popular, até os anos 2000, experimentou dois momentos de efervescência da sua causa,



produzindo diversificadas ações e atuações. Ora, entendemos que os contextos políticos e sociais estão diretamente ligados a dinâmica na qual os movimentos se assumem. Na década de 1960, a educação popular estava voltada para uma “missão libertadora”, conduzida a partir da alfabetização e (re)construção dos saberes. Já em seu segundo momento, observamos um movimento mais político e reivindicativo, aliado as necessidades coletivas da sociedade, assim encontramos um movimento mais diversificado.

Para entender esse processo, bem com as suas facetas, fez-se necessário adentrar em sua dinâmica interna e compreender como a mesma se constitui enquanto causa e agente transformador da política. Assim, a análise de redes nos possibilita caminhar por essas questões, pois rompe com a estrutura formal dos movimentos e as barreiras entre movimentos, estado e partidos políticos.

Nesse sentido, utilizaremos no presente capítulo a perspectiva de rede enquanto conceito, mas também como um procedimento metodológico. Ora, as redes partem de um pressuposto de que existe uma correlação entre atores sociais e coletivos. Dessa forma, precisamos fazer um mapeamento de todos os movimentos, organizações e indivíduos relacionados na causa. Isso permitirá a compreensão da causa investigada.

A perspectiva de rede pode iluminar diferentes dinâmicas que são essenciais para a compreensão empírica dos movimentos, permitindo a apreensão da multiplicidade de níveis de experiência usualmente encontrada em processos de ação coletiva e de mobilização de base. (CARLOS, 2011. página 154).

Essa perspectiva, abordada por Euzenia Carlos, mostra como a análise de redes informais lança luz para investigarmos as diferentes dinâmicas da causa. Entendemos que as investigações acerca dos movimentos sociais, muitas vezes, são “pré-definidas” ou moldadas em torno de uma perspectiva teórica ou de determinados conceitos sociológicos. Dessa forma, a noção de “redes” possibilita uma compreensão da diversidade e complexidade dos movimentos e seus atores, suas relações internas e específicas e as relações externas com outros atores, movimentos e instituições políticas (como partidos políticos e estado).

A autora ainda considera,

Os movimentos são formados por densas redes informais as quais permitem aos atores (indivíduos e organizações) as trocas de práticas e recursos simbólicos, através da coordenação de mecanismos de intercâmbio e distribuição que são negociados entre os próprios atores. (Carlos, 2011. página 156).

A noção de “construção de causa”, atrelada a essa perspectiva, mostrou-se pertinente para compreender o objeto aqui proposto, já que se trata de um universo bastante denso e ramificado.

Para proceder na análise, o presente capítulo foi dividido em dois momentos. O primeiro se destina a delinear as redes de relações da educação popular da década de 1960 a 1980. Já o segundo investigará as redes de relações da segunda fase da educação popular em Sergipe, de 1980 a 2000, como mesma se desenvolveu e se diversificou. Além disso, busquei debater a “fragmentação” da causa pós anos 2000, quando é eleito o presidente Lula, instaurando uma nova dinâmica social e política à causa e aos movimentos sociais.

É preciso esclarecer que não se trata de análises diferentes, nem de uma investigação linear da educação popular. A divisão do capítulo alicerça-se na necessidade de compreender os diferentes momentos da educação popular, entendendo que a causa passou por transformações e “ajustamentos”, repercutindo na saída e entrada de novos atores sociais.

Dessa forma, buscou-se mapear os dois períodos da educação popular: as décadas de 60 e 80, e assim buscar suas correlações. Como categoria analítica, utilizarei as terminologias: *primeira* e *segunda fases*, para designar esses dois momentos da educação popular.

## **1- “Missão social”: Igreja, alianças e perspectivas na educação popular da primeira fase (1960 a 1980)**

O presente tópico busca compreender as relações estabelecidas em torno da causa da educação popular no estado de Sergipe, legitimando-a e

tornando-a mais “eficiente”. Utilizaremos a perspectiva analítica de redes para entender o processo de construção e consolidação da causa, as alianças estabelecidas, e os seus desdobramentos.

O início da década de 60 foi marcado pela proliferação da educação popular. Baseada nas ideias da *pedagogia do oprimido* de Paulo Freire, a educação popular passou a ser encarada como um movimento de transformação social. A *primeira fase* da educação popular é marcada pelo surgimento e atuação do MEB (Movimento de Educação de Base), assim como das campanhas de alfabetização do governo e do engajamento de movimentos estudantis.

Nesse mesmo período, a igreja católica é marcada pela incorporação da ala progressista, o que logo depois desembocará na “Teologia da Libertação”, teologia marcada pela fé e busca pela transformação do mundo. Como destaca Wanderley (1984), em seu estudo acerca da educação popular do MEB, a igreja direciona críticas oficiais ao sistema capitalista e reivindica reformas estruturais. Dessa forma, observamos uma forte participação política por parte de grupos cristãos, como a Juventude Universitária Católica, o MEB, Os CEB’s, o engajamento de padres e bispos em torno de problemas sociais, e, sobretudo, a expansão da luta no campo, questão que será aprofundada logo a seguir. Dessa forma, notamos tanto o envolvimento da igreja nas questões sociais, como também o povo assumindo funções na igreja.

A citação a seguir, do trabalho de Luiz Eduardo W. Wanderley, sobre a educação popular e o MEB, mostra essa dinâmica que se instaura na Igreja:

Nesse período, no Brasil (1960), há uma intensa movimentação da Igreja Católica, alguns grupos protestantes também, iniciavam um processo de reorientação na linha do compromisso social. Esboçou-se uma prática de maior racionalização e planejamento da ação da Igreja... Toda essa constelação de elementos tendia para o nascimento da chamada “Igreja Popular”, na qual o povo irrompe com a presença mais efetiva dentro da instituição (cujos modelos mais típicos são as atuais pastorais populares e as comunidades eclesiais de base). (WANDERLEY, 1984. página 44).

Nestes termos, o MEB surge como um deslocamento da igreja católica em direção às classes populares, através de um projeto educativo. Além desse delineamento, observamos também que o MEB passa a atuar em “parceria”

com o governo federal, recebendo financiamentos através do MEC (WANDERLEY, 1984).

A Igreja também penetrou em outros setores, como os movimentos universitários, em especial a JUC – Juventude Universitária Cristã, que agia em conjunto com os CPC's - Centros Populares de Cultura da UNE.

Além desse contexto, destacamos também a correlação educação popular e movimento no campo. Alguns estudos acerca da educação popular no Brasil apresentam considerações acerca dessa questão, como é o caso do estudo elaborado por WANDERLEY (1984) e FAVERO (2010). Todavia, não se debruçam suficientemente sobre essa questão. O que observamos é que os movimentos provindos dos meios rurais ganham grandes repercussões no período de mobilização da educação popular.

Não se trata de apresentar uma relação *“causa/efeito”*, mas de abordar as ramificações da educação popular no estado de Sergipe e sua relação com o cenário brasileiro. Nesse sentido, a análise, através do mapeamento dessa rede no estado, nos permite compreender como a causa ganha significados diferentes e passa a compor o cenário de mobilização política.

Vale ressaltar que a primeira fase da educação popular no Brasil foi interrompida com a imposição da ditadura militar, fazendo com que muitos movimentos que agiam em torno da causa chegassem ao fim, como é o caso dos CPC's promovidos pela UNE e UEE, no estado de Sergipe.

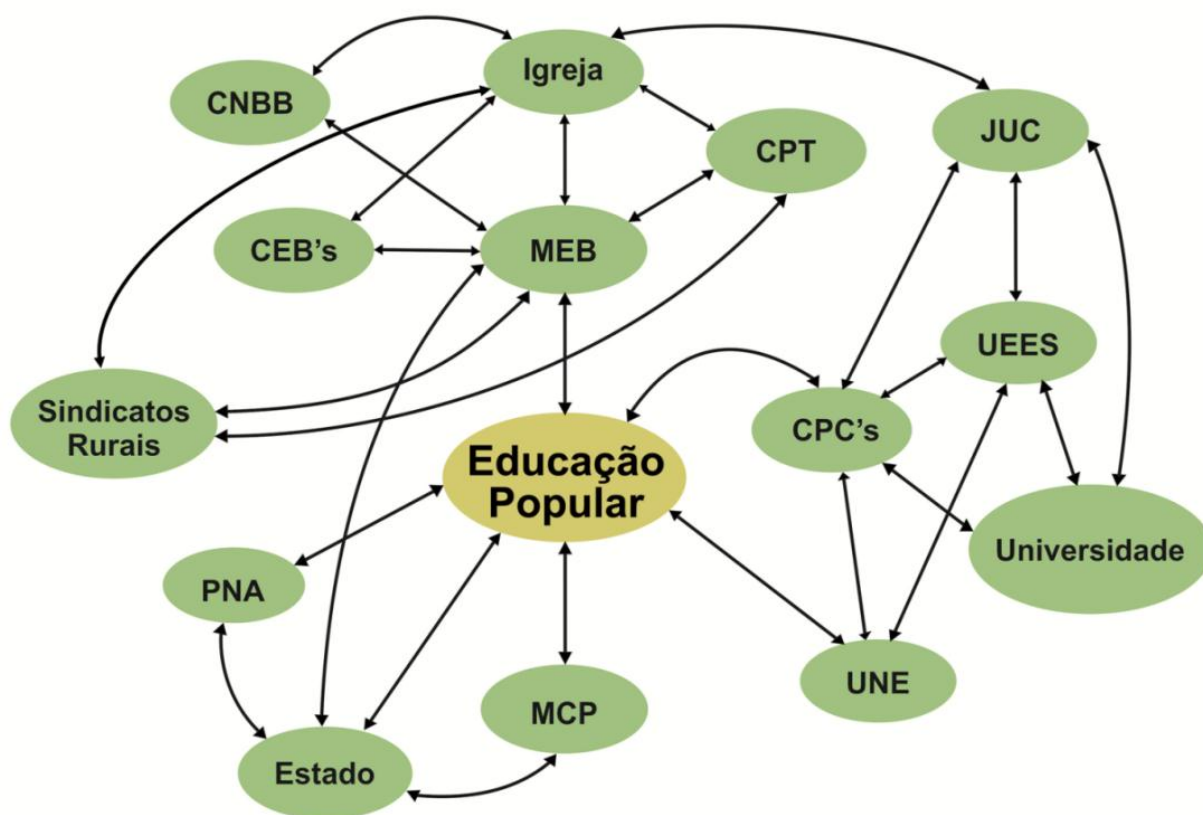
Assim, apenas o MEB e as campanhas de alfabetização do governo (que passará a se chamar Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL) continuaram a funcionar em decorrência da causa. Dessa forma, a educação popular passa a atuar de maneira mais branda no período de fechamento político, e, muitas vezes, tinham ações camufladas, até que na década de 1980, ela começa a ser repensada e ganhar novas configurações, possibilitadas pelo processo de reabertura política.

Em Sergipe, as ações do MEB continuaram bastante fortes, principalmente nos municípios pertencentes à arquidiocese de Propriá, que tinha como bispo Dom José Brandão de Castro. A entrevista com Carlos

Alberto, um dos coordenadores do MEB no estado, aponta que Dom Brandão era considerado um “bispo vermelho”, terminologia utilizada para nomear os bispos considerados comunistas, ligados à ala mais progressista da igreja. Dessa forma, Dom Brandão, era considerado uma “pessoa do povo”, aliado às lutas populares e isso possibilitou o bom funcionamento do MEB até 1987, quando ele deixa a diocese de Propriá, em Sergipe.

Essa saída de Dom Brandão leva com ele seus colaboradores, tidos como clero progressista, como Frei Enoque, Padre Nestor, Irmã Francisca e membros da CPT. Dentro desse contexto, podemos observar na figura abaixo apresentada, a composição da rede de relações em torno da causa da educação popular nessa primeira fase.

**Figura 1. Redes de relações em torno da educação popular em Sergipe na primeira fase.**



FONTE: Esquema construído a partir da pesquisa empírica (entrevista e documentos).

Esse esquema mostra as redes do ponto de vista “estrutural”, todavia, o que pretendemos observar é como atores e movimentos se articulam em torno da causa, agregando significado e captando recursos simbólicos e estruturais. Dessa forma, o esquema nos possibilita observar essa ramificação densa em torno da causa. Trata-se de relações de alianças e, até mesmo, conflitos.

Priorizei em demonstrar esse esquema de redes a partir das organizações e movimentos, e assim desenvolver as perspectivas dos indivíduos e lideranças a partir de seus vínculos.

Podemos observar que a rede de relações da educação popular, na *primeira fase*, é bastante “homogênea”, ou seja, as várias organizações e movimentos ligados à causa ramificam-se em três principais vertentes: igreja, estado e movimento universitário.

Como sabido, a igreja, nesse período, abraça os problemas sociais, bem como a busca pela transformação do mundo. Dessa forma, as problemáticas do “homem do campo” precisavam ser inseridas na agenda da igreja. Dessa forma, o MEB passa a incorporar, à sua proposta educativa, a *educação sindicalista*.

A essa questão, Wanderley destaca,

Uma constelação de fatores convergentes influiu na necessidade do movimento (MEB) dedicar atenção especial nesta área de atuação: o estímulo dado pelo episcopado à criação de organizações rurais, em pronunciamentos e no Plano de Emergência da CNBB (1962), as solicitações vindas dos alunos e das comunidades, a colaboração pedida pelos grupos cristãos estruturados com a finalidade de sindicalizar nas dioceses... Que todo trabalho de sindicalização seja realizado com uma fase preparatória de motivação dos trabalhadores rurais sobre a necessidade de associativismo, da força de sua união. (WANDERLEY, 1984. páginas. 284 e 285).

Essa conjuntura é bastante reveladora no estado de Sergipe e pode ser observada a partir do diagrama apresentando na figura 1. Observamos que dentro da rede observada, o MEB se articula com a Pastoral da Terra (CPT), os sindicatos rurais e a CEB's.

O estudo elaborado pelo historiador sergipano Ibarê Dantas (2004) destaca que, em 1960, o estado de Sergipe era predominantemente rural, com

um percentual de 61,8% dos seus habitantes vivendo no campo e assim as queixas do campo persistiam por dois caminhos: por um lado, reclamavam da concentração da propriedade, de outro, da falta de legislações que estendesse os direitos sociais do trabalhador rural.

Nesse mesmo período, 1962, o governo federal tomou algumas medidas para tentar sanar algumas demandas, criando a SUPRA (Superintendência da Política Agrícola), possibilitando o reconhecimento dos sindicatos rurais. Dentro desse contexto, DANTAS (2004) mostra que, em Sergipe, os sindicatos rurais foram organizados com o apoio da SUPRA, do MEB e da Ação Popular (AP) – movimento que teve seus maiores respaldos no movimento estudantil.

No trabalho acerca dos movimentos sociais no campo em Sergipe, realizado por Eliano Sérgio Azevedo Lopes, destaca-se a atuação da igreja católica como principal condutora nesse processo.

Atuando como ponta de lança de um trabalho de conscientização dos camponeses e outros segmentos populares, através das escolas radiofônicas e das caravanas culturais e, em seguida, do Movimento de Educação de Base - MEB e das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, a Igreja Católica exerceu um papel fundamental na mobilização e organização dos trabalhadores rurais sergipanos. Tanto é assim que, em 1962, ajudou a criar os 9 primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Sergipe, nos municípios de Aquidabã, Campo do Brito, Itaporanga D'Ajuda, Japaratuba, Lagarto, Nossa Senhora das Dores, Laranjeiras, Nossa Senhora da Glória e Simão Dias.(LOPES, S/D)<sup>7</sup>.

Após a fundação legal dos primeiros sindicatos, é criada a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe – FETASE, em 1963, o que fez dela uma das organizações sindicais fundadoras da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, ocorrida em dezembro do mesmo ano (DANTAS, 2004; LOPES, S/D).

Nessa ótica, os sindicatos rurais de Sergipe datam de 1992, período em que o MEB e a CEB agiram fortemente nas comunidades rurais.

---

<sup>7</sup> Dados extraídos do artigo “Considerações sobre o panorama econômico, político e social do estado de Sergipe” publicado pelo autor no site da FUDAJ (Fundação Joaquim Nabuco – Desenvolvimento pela educação), para mais informações consultar: [http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1940%3Aconsideracoes-sobre-o-panorama-economico-politico-e-social-do-estado-de-sergipe-&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1940%3Aconsideracoes-sobre-o-panorama-economico-politico-e-social-do-estado-de-sergipe-&catid=58&Itemid=414).

Essas articulações e ações da educação popular em Sergipe caminharam até 1964, quando se instaura o golpe militar e o país passa a viver numa ditadura com restrições políticas e de mobilizações sociais. Dessa forma, a educação popular passa a atuar de forma mais “cautelosa”, o Movimento de Cultura Popular, assim como os Centros de Cultura Popular que rodaram o estado, acabam restando apenas o MEB.

O MEB sobreviveu no estado até meados da década de 1980. E, dessa forma, teve que fazer vários ajustamentos e outras articulações. As verbas, que até então recebia do governo federal, foram reduzidas.

As investigações até aqui buscaram analisar a causa da educação popular a partir das suas relações com outras organizações, movimentos e instituições. Partimos do pressuposto de que as redes estabelecidas diante de uma causa revelam suas alianças, os atores envolvidos e até mesmo sua dinâmica.

Podemos observar que a educação popular no estado tinha a predominância da igreja, mas também observamos outros setores da sociedade, como o movimento estudantil e Universidade e o estado, através dos seus programas e convênios.

Contudo, observamos ainda que a educação popular, nessa *primeira fase*, revela uma “correlação” com outro campo de atuação: o movimento rural. Essa conjuntura mostra que a educação popular, por meio da igreja, buscou outros meios de atuação, ampliando a sua perspectiva social.

Dessa forma, podemos afirmar que igreja católica foi a principal articuladora nesse processo de desenvolvimento da educação popular, envolvendo desde os indivíduos e suas comunidades, até o aparelho estatal, com as alianças e convênios.

Em entrevista com algumas lideranças da época, observamos que essas alianças se davam justamente por essa predominância da igreja católica, uma vez que os indivíduos engajados na causa tinham uma vivência religiosa e assim canalizavam suas experiências. Um exemplo dessa dinâmica é a trajetória do Carlos Alberto, conhecido como seu Carlos. Jovem e religioso, seu



Carlos estudava na escola mantida pela diocese de Propriá. Isso possibilitou um trabalho na própria diocese e logo ele se viu engajado nas ações sociais da Igreja<sup>8</sup>. Isso mostra que essa “ponte”, desempenhada pela igreja entre indivíduos e ações sociais, é bastante significativa.

É sabido que, na década de 60 até meados de 90, a igreja católica desempenhou um forte papel na articulação e mobilização social. Dessa forma, a educação popular que a igreja desenvolvia a partir do MEB passou a ser introduzida e articulada a outras questões e movimentos sociais, principalmente no que se diz respeito às mobilizações no campo, como já foi demonstrado. Isso evidencia essa dinâmica diversificada, mas ao mesmo tempo bastante articulada da educação popular, nessa primeira fase.

Para seu Carlos, era *inevitável* não se engajar na luta pela terra, uma vez que as aulas de alfabetização do MEB provocavam um questionamento do seu lugar no mundo e de como o mesmo estava estruturado. Dessa forma, os *educandos* criavam uma visão crítica, e assim nascia sua auto-organização. Seu Carlos revela que esse processo desencadeou uma série de associações locais (ou grupos organizados), os próprios sindicatos rurais dos municípios, como já foi mencionado e, até mesmo, uma central clandestina de luta pela terra, paralela a CPT – Comissão Pastoral da Terra.<sup>9</sup>

Dessa forma, observamos que são nas estratégias, conflitos e relações cotidianas que as relações se manifestam, estruturam-se e fortalecem a causa. O tópico a seguir percorrerá essa mesma perspectiva analítica, todavia, trata-se de investigar a educação popular em sua *segunda fase*.

## **2- Diversificação da causa, alianças e perspectivas da educação popular na segunda fase – 1980 a 2000**

---

<sup>8</sup> Essa questão será melhor desenvolvida no Capítulo III, quando tratarei das trajetórias militantes individuais como mecanismo de penetrar nos sentidos atribuídos a causa.

<sup>9</sup> Consultar ANEXO V – Séries de panfletos e livretos que constam o debate promovido pela Igreja, em especial a CPT, acerca da luta pela terra e como essa se cruza com outros debates

À segunda fase da educação popular, atribui-se a “reformulação” do seu papel. Como apresentado no primeiro capítulo, após a reabertura política em relação ao regime autoritário, a educação passa a incorporar novas perspectivas a sua causa. Agora se apresenta como um movimento mais propositivo e político.

A conjuntura política e social do país, nesse período, revela um campo bastante fértil aos movimentos e mobilizações sociais. Nesse sentido, há uma “explosão” de novos atores e novas causas na cena política.

Assim, o tópico que se segue, analisará as redes de relações estabelecidas em torno da educação popular no estado nesse período, a fim de perceber os atores e organizações envolvidos, suas estruturas de funcionamento e sua dinâmica interna e externa.

Essa perspectiva perpassa pelo viés de apreendermos como uma determinada causa se constitui e se desenvolve. As redes de relações, nessa segunda fase, nos revelam que a educação popular não tramita mais através de uma ideia unificadora de educação libertadora. Agora encontramos uma maior diversificação de argumentos e alianças, a fim de ampliar sua participação na cena política.

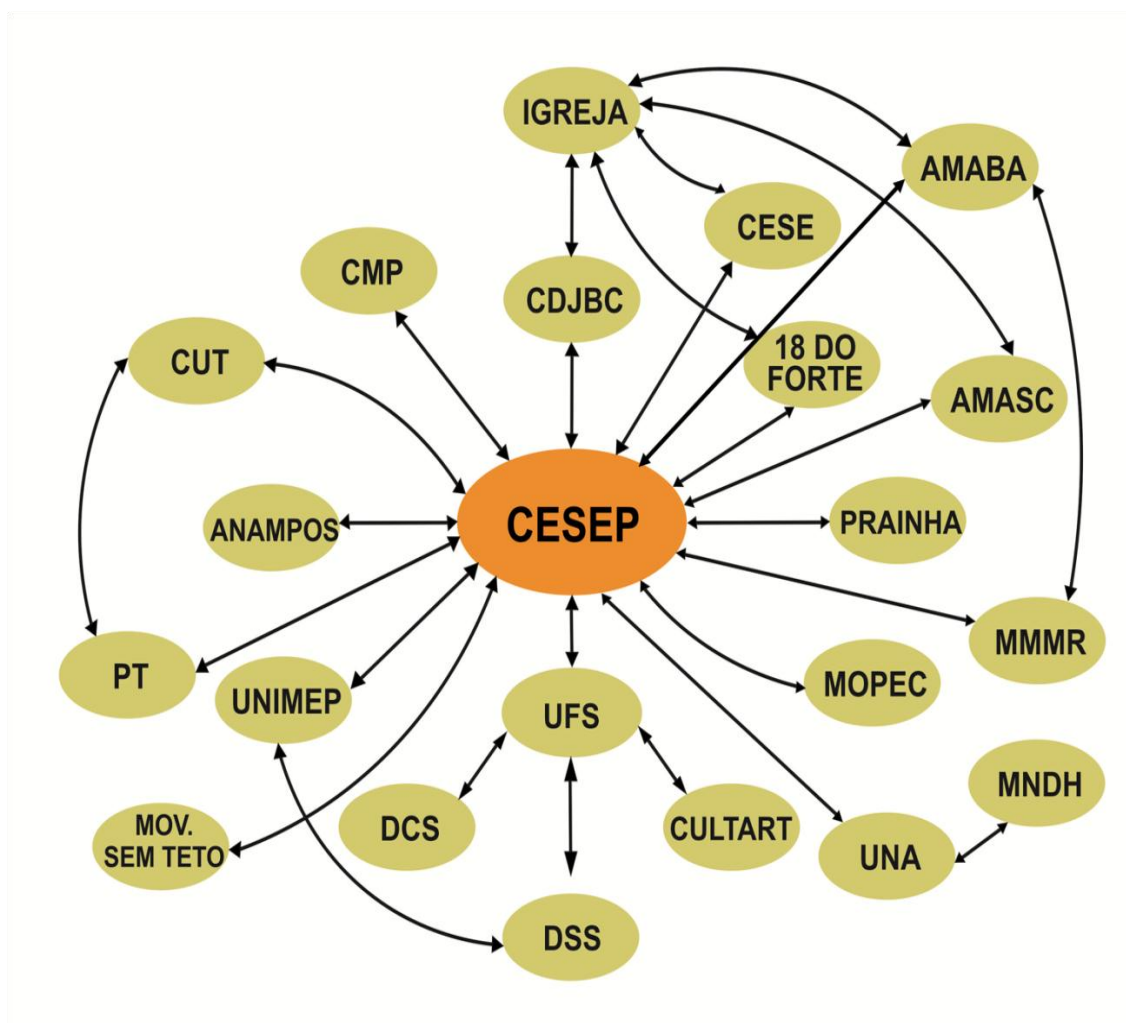
A educação popular “ressurge”, digamos assim, na segunda fase, como movimento mais propositivo e estratégico. A ideia era formar as lideranças, associações, movimentos, entre outras formas organizativas. Tratava-se de apoiar o fomento da organização popular em suas diferentes pautas: gênero, raça, meio ambiente, moradia, entre outros.

Em Sergipe, a educação popular volta a cena política e social com o surgimento do CESEP. Essa organização nasce pela necessidade de se criar uma entidade voltada a esses objetivos no estado. Trata-se de um esforço coletivo, mas devemos destacar a atuação de alguns indivíduos essenciais para esse processo. Como é o caso da professora Maria Luiza, do departamento de serviço social da UFS, mencionado no tópico anterior. A professora Maria Luiza funcionou como pessoa articuladora de diferentes movimentos e indivíduos em torno da causa. Como mantinha uma posição que

favorecia diferentes contatos na época (professora universitária, estudiosa de movimentos sociais), conseguiu articular universidade e sociedade civil para impulsionar a causa.

No esquema apresentado à seguinte, podemos observar como as organizações que impulsionaram e desenvolveram a causa nesse período se articulam. Apreendemos que a educação popular, nessa segunda fase, se "ramificou" em diferentes frentes, tendo como principal articulador o Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP).

**Figura 2. Rede de relação em torno da causa da educação popular em Sergipe na *segunda fase*.**



FONTE: Esquema construído a partir da pesquisa empírica (entrevista e documentos).

Essa organização tinha por finalidade desenvolver a educação popular e a organização dos indivíduos. Dessa forma, funcionava como uma espécie de “elo” ou “movimento mediador” entre os outros movimentos e causas. Logo forma, a rede de relação em torno da causa se dava através dessa entidade.

Observamos assim que o CESEP funcionava como movimento articulador, permitindo a criação de uma rede densa e diversificada. Isso possibilitou a quebra de fronteiras “rígidas” ou formais entre movimentos, organizações, partidos políticos, igreja e estado. Os atores envolvidos transitam entre esses movimentos de maneira mais fluída, de forma que, ao mesmo tempo em que milita e se identifica com uma organização, pode transitar e se identificar com outras causas e outras organizações, ampliando assim sua rede de relações. Essa questão será mais bem analisada no terceiro capítulo.

Um fato que nos chama atenção é que, diferentemente da primeira fase, na qual encontrávamos redes institucionais, como a rede através da igreja católica, nessa segunda fase, as redes estabelecidas se davam principalmente pela dinâmica de militância múltipla, que se configurava naquele período.

A teia que observamos na figura acima, em torno da educação popular e movimento negro, que articulava CESEP, UNA e MNDH, se desenvolve a partir da figura do Carlos Trindade, fundador da UNA e um dos sócios fundadores do CESEP. Essa relação com a UNA e com o MNDH durou por alguns anos, mas a partir do momento em queo Trindade sai do CESEP, consequentemente, essa rede de relações se desfaz, a UNA passa a ser SACI (Sociedade Afro Sergipana de Estudos e Cidadania) e não permanece mais diretamente articulada ao CESEP.

Dessa forma, as redes aparecem mais pessoalizadas. Nas quais a figura de uma pessoa articulava e sustentava essa rede de relações. Todavia, essa relação também perpassa por uma relação institucionalizada. Quando partíamos para as redes a nível nacional, se observava uma rede mais densa, e isso repercutia no contexto local. Assim, podemos afirmar que as redes de relações se configuram tanto de forma pessoal, quanto impessoal, atribuindo uma característica dinâmica a esse universo pesquisado.

Outro fato que nós podemos elencar é a relação da igreja com a causa. Nota-se que na distribuição do esquema apresentado ela não tem uma relação direta com o CESEP e, conseqüentemente, com a causa. Sua relação é estabelecida a partir das organizações e pessoas ligadas a ela. Alguns sócios do CESEP apresentavam uma trajetória de engajamento religioso e assim correlacionava essas experiências, como o caso da Maria Mota, sócia fundadora do CESEP, sócia da associação de bairro do 18 do Forte e militante na Juventude Operaria Católica, que depois passou a ser Ação Operaria Católica. Essa questão, abordarei melhor no capítulo seguinte na análise das trajetórias de alguns militantes da educação popular no estado.

Essa *segunda fase* da educação popular, revela-se com uma rede mais “heterogênea”, em relação à *primeira fase*. A extensa gama de atores inseridos nesse campo, resulta na formação de uma complexa trama de agentes que representam interesses diversos e praticam ações diversas também, todavia, se identificam e se articulam em torno de uma mesma causa: a educação popular.

De acordo com SCHERER-WAREN,

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. (SCHERER-WAREN, 2006. página 115)

Isso nos ajuda a perceber como as redes em torno da educação popular são múltiplas. É o que podemos chamar de “intersecção” ou cruzamento de causas, como a organização em torno das associações de bairro, como é o caso da AMASC, Prainha, AMABA e 18 do Forte (todas as associações localizadas em Aracaju, capital sergipana), o campo universitário, com articulações com os departamentos de Serviço Social e de Ciência Sociais da UFS, como também a sua relação com o CULTART, que funcionou como apoio estrutural no início das mobilizações. Além da articulação com a UNIMEP, tendo vínculo com a DSS-UFS.

Observamos também articulações com movimentos sociais, como a União dos Negros de Aracaju (UNA) que estabelecia laços com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o Movimento sem Teto, o Movimento

de Meninos e Meninas de Rua e o Movimento Popular Ecológico (MOPEC), sendo, a maioria, movimentos fundadores do CESEP.

Nessa rede, percebemos que não se tem uma influência direta do estado como na rede apresentada na *primeira fase*. Essa “não articulação direta” com o estado pode ser fruto de uma “negação” do aparelho estatal nessa conjuntura política, já que o país passara por um longo período de fechamento político.

Outro elemento que se apresenta nessa análise é que a rede em torno da educação popular, nessa *segunda fase*, é predominantemente urbana. Diferente da *primeira fase*, na qual observamos um engajamento nas problemáticas do meio rural, os atores envolvidos respaldam causas e problemáticas urbanas, como a questão da moradia, saneamento básico, expansão urbana, poluição, entre outras.

Encontramos articulações no interior do estado, como os cursos de lideranças e educadores populares, que reuniam pessoas de todo o estado. Contudo, predominava ações voltadas à capital do estado, Aracaju. Isso, mais uma vez, reforça a questão da “reforma urbana” que, em meados dos anos 90, ganhará força em meio aos movimentos sociais, como é o caso da Central dos Movimentos Populares (CMP), criada em 1993.

Reforçando a minha argumentação das redes mais personificadas, observamos ainda a relação do CESEP com partidos políticos, em especial com o Partido dos Trabalhadores (PT). Não se tinha uma articulação institucional, ou seja, formalizada entre o CESEP e o partido político. Todavia, todos os entrevistados eram ou foram filiados ao PT, tendo assim relações bastante estreitas com a causa.

Apesar dos entrevistados negarem qualquer tipo de relação do PT com o CESEP e a causa da educação popular em Sergipe, podemos observar que as redes de relações em torno da educação popular, nesse segundo momento, se deram com mais ênfase pelos vínculos partidários do que pela Igreja, como foi no primeiro momento. Em entrevista informal com um integrante do CESEP, líder do MST na época e filiado ao partido dos trabalhadores, ele relata que a

sede do CESEP serviu, inclusive, de “esconderijo” para alguns militantes, como o próprio, que muitas vezes tinha que se esconder, pois era investigado pelos acampamentos e invasões de terra na luta pela reforma agrária, ou precisava de um lugar para ficar quando vinha para a capital do estado. *Isso acontecia, relata, por que era todo mundo conhecido, era todo mundo do PT e participava das mesmas lutas.* Destacamos ainda a fala de entrevistada Maria Mota, do CESEP, quando fala dessa relação com o os partidos políticos e, em especial, o PT.

Enquanto cidadão, você podia ser do partido que quisesse, defender a bandeira que você quisesse. O CESEP também respeitava a autonomia dos seus associados. Agora, o que não era permitido dentro do CESEP por seus associados era utilizar o nome do CESEP em qualquer setor político, sem autorização... Pra determinadas ações ou pra auto promoção social. Isso é um item que está lá no estatuto... Mas sabemos que lá dentro a grande maioria era do Partido dos Trabalhadores.  
(Entrevista concedida por Maria Mota. 11 de dezembro de 2013).

O que me parece é que não se trata de apartidarismos ou um anti-partido, mas existia uma negação “velada” a participação aos partidos: *you can be from the political party (PT), but you cannot bring this discussion here.* Existe um fato que demonstra essa possível “negação” da relação educação popular e partido político, mas também da maioria dos movimentos e organizações sociais: o país estava saindo de um regime fechado politicamente, isso colocava os partidos políticos em um patamar de clandestinidade, não por não serem legalizados, mas para garantir uma possível legitimidade ao movimento em torno da causa. Isso não significa uma “autonomia” do movimento em relação aos partidos políticos, em especial o PT, mas uma tentativa de não associação.

A essa questão, Ann Mische destaca em seu estudo acerca das redes de jovens estudantes que, apesar das afirmações de “autonomia” dos movimentos e protestos contra a “partidarização” das entidades, na verdade, as redes de liderança são extremamente interligadas, os movimentos estudantis são intimamente ligados a participação em partidos.

Dessa forma, as análises acerca das redes nos permitiram compreender as “conexões” de dentro e fora do grupo. Nesse sentido, podemos observar as

relações, alianças e dinâmicas da educação popular dentro da sua própria lógica e como a mesma se articula com outros movimentos, atores e instituições para legitimar e fortalecer a causa.

Compreendemos assim que a segunda fase da educação popular corresponde a um momento com ramificações mais densas e plurais que, muitas vezes, podem ou não se conectar entre si, compreendendo ainda que a causa possa ganhar fôlego a partir do forte investimento de uma única organização que, ao estabelecer alianças e expandir suas relações, consegue galgar espaço e legitimidade na arena pública.

É certo que, na primeira fase da educação popular, iniciada na década de 60, a educação popular ganha espaço a partir do MEB. Todavia, a educação popular era identificada como uma causa, uma perspectiva que precisaria ser desenvolvida: educação como processo transformado.

Na segunda fase, a causa era identificada ao movimento, o CESEP. Os indivíduos e organizações se articulavam e se identificavam através das ações promovidas pelo Centro, atuando em meio aos movimentos e prestando assessoria e formação, mas também de forma contestatória, atuando na rua, nos protestos e ocupações. Isso promoverá uma crise de identidade na organização, que não conseguia se definir como movimento de embates ou como organização que promove assessoria aos movimentos.

Assim, observamos que as redes de relações, associadas a contextos sociais, políticos e culturais, atribuem diferentes significados à causa, passando a se diversificar e penetrar em diferentes espaços.

No tópico a seguir, buscaremos compreender como a educação popular passa a incorporar novos elementos e significados. Desta forma, a análise percorre a partir dos anos 2000, quando um novo contexto e novas dinâmicas são atribuídas às mobilizações sociais e, em especial, a educação popular.

### **3- Fragmentação da causa: a Educação Popular pós anos 2000**



A chegada do século XXI provocou diversas transformações no cenário político, cultural e social do Brasil, principalmente no que diz respeito à eleição presidencial de 2002, quando o país elege, pela primeira vez, um presidente com base popular: Lula. O seu governo, até hoje, é alvo de inúmeras pesquisas no campo dos movimentos sociais, isso porque os movimentos, organizações e partidos de esquerda, agora, encontravam-se “aliados” do governo e, sob uma nova ótica administrativa, a cena política e social ganha uma nova dinâmica.

Não foi diferente no campo da educação popular. Essa conjuntura atrelada a elementos que destacarei a seguir, provocou uma “fragmentação” da causa. Agora ela passa a ser incorporado a outras pautas, ações, movimentos e até políticas públicas.

No final da década de 1990, a educação popular no Brasil e, em especial, em Sergipe, depara-se com diversas crises institucionais e de identidade. O CESEP, como foi abordado, apresentava-se como movimento que detinha “domínio” em relação a causa e passa a sofrer diferentes turbulências justamente por esse “monopólio”.

Como em outros movimentos, o CESEP se depara com uma necessidade de definição do seu “modelo organizacional”. *OCESEP não sabia se era movimento ou uma ONG*, uma vez que realizava ações mais reivindicativas, ocupando as ruas, e também se preocupava em manter um caráter de movimento “apoiador”, prestando serviços de assessoria e formação. Essa tensão ocasionou uma série de debates internos acerca da definição *do lugar do CESEP*, provocando a divisão de seus militantes/sócios: um grupo defendia a manutenção de um modelo de movimento social e outro que deveria partir para uma organização mais estruturada. Em entrevista com algumas pessoas pertencentes a esse segundo grupo, os entrevistados afirmam que essa era uma estratégia do próprio movimento para se estruturar e crescer, pois se tornando uma ONG facilitaria a captação de recursos para o CESEP evoluir.

Todavia, essa tensão gerou uma disputa individualizada, com interesses pessoais. Os grupos (e principalmente as pessoas/lideranças à frente) começaram a medir força internamente, *o que existia era um briga por poder*,

*Zé da Guia, de um lado e, de outro lado, Agnaldo, era uma coisa pessoal*, afirma Caio Amado em entrevista. Isso acarretou na saída e desengajamento de diversos sócios militantes do grupo que compunha a chapa perdedora, encabeçada pelo Agnaldo nas eleições da nova diretoria do CESEP. Caio ainda afirma que essa saída se caracterizou por uma incompatibilidade com os pensamentos impostos pelo Zé da Guia, que teve a chapa vencedora. Isso provocou um enfraquecimento do CESEP.

O que estava em jogo era uma disputa pela liderança da organização, fundamentada a partir da definição do que era e do que passaria a ser o CESEP em termo de princípios e identidade. Um grupo defendia que a organização deveria permanecer como movimento social enquanto outro argumentava que deveria tornar-se uma ONG.

Essa conjuntura caracterizou-se como a primeira grande crise do CESEP. Essa desembocou em uma crise econômica e judicial que até hoje tramita na justiça. O CESEP gerou uma dívida junto ao INSS que perdurou por vários anos. Em 2009, a justiça decidiu levar à leilão a sede da entidade e assim o CESEP fechou as portas. A essa questão, Maria Mota, em entrevista, declara,

A dívida foi crescendo como uma bola de neve. Entrou coordenação saiu coordenação... Empurrando com a barriga... E chegou um momento que o INSS “emperrou”, fizemos parcelamentos, mas já não tínhamos condições de pagar... O INSS penhorou nossa casa... Já tinha bloqueado a conta e desde 2007 nós já vínhamos demitindo funcionários... Garantindo o FGTS e o seguro desemprego. Ai a justiça veio e fechou as portas, e nós entregamos às chaves. (Entrevista concedida por Maria Mota. 11 de dezembro de 2013, *apud* RODRIGUES, 2014).

Todos esses elementos funcionaram como canal para o enfraquecimento da entidade. Aliado a isso, ainda tinha que “competir” com outros movimentos que começaram a surgir na cena da educação popular no estado. Como é o caso da criação da Central dos Movimentos Populares, que passou a atuar como movimento articulador da educação popular no estado.

Isso me parece um momento de diversificação da educação popular no estado e no Brasil. Ora, o termo popular passou a ser introduzido em diversos movimentos e causas, como movimento popular de bairro ou até mesmo movimentos populares. Isso provoca uma ruptura da causa em torno do



Na figura apresentada, podemos observar como a rede de relações se apresenta nessa nova configuração da educação popular. De forma ramificada, a rede destaca várias articulações, destacando a incorporação da causa em outras pautas de atuação, chamando atenção para o surgimento de novos atores, organizações e movimentos.

Destacamos, assim, as redes estabelecidas pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR). Esse movimento tem atuação em todos os estados do nordeste. Em Sergipe, o movimento atua nas comunidades rurais, desenvolvendo ações afirmativas para as mulheres no meio rural. Dessa forma, o MMTR desenvolve cursos de formação sob uma ótica da educação popular, além de fomentar a economia solidária. Assim, o movimento faz articulações com diversas organizações, movimentos e empreendimentos do estado. Faz parte do Fórum de Economia Solidária, participa da Rede de Educadores e Educadoras do Nordeste, da Rede CFES - Centro de Formação de Economia Solidária e desenvolve discussões em torno da Saúde Popular. Esse caso é uma exemplificação da descentralização da educação popular nos movimentos sociais.

Essa rede amplia-se, inclusive, para outros estados do nordeste, como é o caso de Pernambuco. O MMTR desenvolve cursos de formação para mulheres da Zona da Mata, Sertão e Litoral do estado, através da perspectiva da educação popular e fomentando empreendimentos solidários. Esses cursos são desenvolvidos através do Programa Chapéu de Palha do Governo do Estado de Pernambuco. Assim, apresenta-se uma nova articulação nessa rede, o estado. Isso é o que podemos chamar de uma fragmentação da causa. Deixa de ser uma pauta central e passa a compor outras pautas e outros movimentos.

Essa fragmentação começa a se manifestar ainda no final da década de 90, mas é principalmente a partir do governo petista, 2003, que essas ações se desenvolvem. Trata-se de um momento em que acontece uma maior participação popular no governo. A criação de fóruns de participação, conferências, colegiados, conselhos e outras séries de mecanismo que possibilitam uma sensação de participação, cria uma nova dinâmica para as

ações coletivas no Brasil. No campo da educação popular observo que essa dinâmica atribui certa plasticidade a causa. O termo popular passa a ser incorporada a outras causas e ações. Não se trata de perda ou afastamento da educação no processo de mobilização social, mas de uma diversificação.

Observando certos fóruns e movimentos de economia solidária, podemos compreender como essa perspectiva da educação popular é incorporada a esse campo como perspectiva de expansão, metodologia e filosofia de atuação.

O estudo elaborado por Melo Neto (2006) aponta justamente essa perspectiva da educação popular incorporada às ações da economia solidária, como uma educação necessária para os processos de produção, os *empreendimentos solidários populares*.

As práticas organizativas da *economia solidária popular* transcendem as dimensões econômicas, pois atuam nas relações de colaboração entre as pessoas, educando-as em outros valores culturais. O humano passa a exercitar-se no papel de sujeito de sua própria história, ao invés de mera engrenagem do sistema. (MELO NETO, 2006. Página 2)

Um dos formuladores teóricos mais importantes é o Prof. Paul Singer, que foi Secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho (SENAES). Todavia, a educação no âmbito da economia se dá nas ações de seus participantes. Trata-se de uma incorporação de troca de conhecimento, incentivando o desenvolvimento e o *empoderamento* das pessoas e do coletivo. Isso pode ser demonstrado pelo incentivo a novos atores a esse campo, como as mulheres e jovens.

Observamos uma série de movimentos e organizações de mulheres que incorporaram essa perspectiva para o desenvolvimento de suas ações. No nordeste e, em especial, em Sergipe, observamos o Movimento da Mulher Trabalhadora do Nordeste, que trabalha justamente com esse *empoderamento* e autonomia das mulheres no campo, com incentivo aos quintais produtivos e as práticas agroecológicas e cursos de formação. Saindo do universo rural, observamos ainda, no âmbito urbano, movimentos de mulheres que trabalham na produção e incentivo dos micros empreendimentos coletivos, como a Casa das Domésticas.

Além do campo da economia solidária, a perspectiva da educação popular é incorporada e se desenvolve em outros cenários, como a Rede de Educação Cidadã (Recid), consolidada em 2003 e é incorporada a ações no âmbito da mobilização social do Programa Fome Zero. A Recid é uma experiência que envolve governo e sociedade (entidades, movimentos, educadores populares, lideranças e agentes comunitários), voltada a uma educação para *populações vulneráveis* (mulheres, jovens, assentados, comunidades tradicionais, LGBT e outros). Uma variação dessa rede é a Rede Nordeste de Educadores e Educadoras populares.

No livro intitulado "Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas", elaborado pela secretaria Geral da Presidência da República, de Articulação Social e do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã de 2014, mostra como a Recid assume como prioridade a construção da Política Nacional de Educação Popular desde 2009, num esforço de introduzir a perspectiva da educação popular às políticas públicas.

Assim, a educação popular passa a ser incorporada nas ações governamentais e ganha um fortalecimento institucional, como a incorporação ao Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos – PNE (2007), a Criação do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã (2011), entre outras ações.

Ainda no âmbito de diversificação da educação popular, encontramos uma incorporação dessa perspectiva na área da saúde. Profissionais da saúde, grupos feministas e tradicionais e diversas organizações e movimentos se debruçam sobre o debate de uma saúde popular, respeitando os saberes populares e a manutenção do SUS – Sistema Único de Saúde. É criado o Conselho Nacional de Saúde e a Articulação Nacional de Práticas de Educação Popular em Saúde (Aneps). Um exemplo disso, são os Seminários Nacionais de Educação Popular em Saúde e os Encontros Nacionais de Educação Popular em Saúde que, em 2012, estava em sua quinta edição.

Observamos, assim, uma série de incorporações da educação popular em pautas e movimentos diversificados, isso mostra uma plasticidade da causa. Todavia, ainda observamos práticas de alfabetização (de jovens e

adultos) voltadas para uma perspectiva *emancipadora* sob os moldes da teoria de Paulo Freire que observamos nas duas primeiras etapas da educação popular da década de 60 a 2000. Essa é uma ação desenvolvida pelo Projeto MOVA-Brasil, promovido pelo Instituto Paulo Freire, com financiamento da Petrobras que, desde 2003, conta com Coordenadores de Pólos, Assistentes Pedagógicos, Auxiliares Administrativos, Coordenadores Locais e Monitores (alfabetizadores). O MOVA tem abrangência em 10 estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba e Pernambuco.

Em Sergipe, O MOVA-Brasil é coordenado por Genivaldo Alves, conhecido por Vadinho, e percorre esse caminho da educação popular. Desde a década de 70, a primeira fase da educação popular, atuando no MEB de Propriá, é Sergipe, uma das maiores experiências de educação popular do estado. Sobre essa trajetória aprofundarei no capítulo seguinte.

Diante do apresentado nesse capítulo, compreendemos que a educação popular percorreu um longo caminho. Desde a década de 60, observamos momentos de efervescências e decadências. As duas fases da educação popular provocaram diferentes dinâmicas de mobilização e engajamentos de atores e movimentos sociais. Isso revela como contextos e diferentes elementos possibilitam a diversificação e uma busca por “adaptação” da causa.

As redes de relações estabelecidas através da educação popular, nos revelam essa diversificação da causa, uma vez que se depara com contexto e dinâmicas diferenciadas. As redes são “estruturas” informais que funcionam como elementos de interações e identificação de seus pertencentes, provocando a expansão e delineamento da causa.

Nos anos 2000, a educação popular, com sua longa bagagem, deparou-se com a necessidade de se expandir e se incorporar à novas pautas. Isso revela que uma causa, movimentos, organizações e ações são “mecanismos vivos”, ou seja, está dentro dos elementos culturais da sociedade e, uma vez que são problematizadas e incorporadas às ações do cotidiano, desenvolvem mecanismos de identificação, fazendo com que sejam reinterpretadas como experiências.

A partir desta perspectiva, faz-se necessário entender os sentidos atribuídos pelos atores envolvidos na ação. Isso possibilita entendermos melhor como a causa da educação popular se desenvolve e se diversifica ao longo do tempo no Brasil e, em especial, em Sergipe. Dessa forma, o capítulo seguinte objetiva compreender, a partir dos perfis militantes, a lógica de atuação da educação popular nas suas diferentes fases.

Assim, a análise percorrerá, através de uma investigação das carreiras dos antigos militantes da educação popular no estado de Sergipe, identificando suas entradas no campo, seus percursos e sua dinâmica de atuação.

Essa análise, atrelada ao conjunto de elementos abordados até aqui, possibilitará compreender o objetivo geral da pesquisa, entender como a educação popular se desenvolve no estado, tomando assim diferentes caminhos ao longo do tempo. Desta forma, as trajetórias dos indivíduos engajados na causa, desde o processo de entrada e seu percurso, traz elementos que, até então passaram por despercebidos e é só na dimensão individual, do sentido que os indivíduos atribuem àquilo que vivem, que podemos entender esse processo.



### **III CAPÍTULO**

## **TRAJETÓRIAS E ENGAJAMENTOS: AS DIFERENTES EXPERIÊNCIAS EM TORNO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SERGIPE**

Os sentidos atribuídos, pelos indivíduos, às causas em que estão inseridos, são bastante diversificados e dinâmicos. Dessa forma, muitos estudos se dedicam a analisar esse universo empírico, a fim de compreender as diferentes experiências que legitimam e dão unidade a causa, entendendo sua lógica de atuação e organização (GOIRAND (2009), BEZERRA (2007), OLIVEIRA (2009, 2010, 2013).

Nesse contexto, o presente capítulo objetiva analisar as dimensões individuais dos antigos militantes da educação popular do estado de Sergipe. Essa premissa parte da necessidade de compreendermos os mecanismos, disposições e contextos que levaram os indivíduos a se engajarem e agirem coletivamente, dando significado e expansão a causa.

A análise em torno da construção de uma causa leva a vários caminhos e obstáculos. Partimos de uma sociogênese da causa, levantando em consideração os contextos e elementos que a tornaram possível. Todavia, essa análise, isoladamente, não dá conta da problemática que circunscreve a presente pesquisa.

Dessa forma, a investigação a partir das dimensões individuais se mostra necessária na medida em que possibilita a compreensão da lógica de atuação das organizações, movimentos engajados em torno da causa no estado, além de nos revelar aspectos importantes para entendermos a política local. Para dar conta dessa perspectiva utilizamos como procedimentos teóricos e metodológicos os conceitos de trajetória, engajamento militante e geração, por entender que nos possibilita compreender esse universo denso.

O conceito de "geração", aqui empregado, não está direcionado às faixas etárias dos militantes, mas a uma perspectiva do "tipo" geração, ou seja, o formato que cada fase atribui aos militantes.

Essa é uma abordagem trabalhada por Cécile Pechu (2001), para analisar as diferentes formas de se relacionar com organizações, em defesa ao direito de alojamento na França, desenvolvido por três gerações distintas de militantes. A autora mostra que, ao em vez de realizar um "corte" limpo entre duas populações distintas, uma saída metodológica encontrada foi levantar as carreiras, com base nas experiências de três tipos de geração.

Essa perspectiva é utilizada por ROCHA (2007) no trabalho acerca do militância partidário do PT, em Brasília, no qual apreende empiricamente, a partir do corte geracional, a "existência" de dois grupos de militantes, os "antigos" e os "novos".

Introduzindo uma análise por corte geracional, identificamos características suscetíveis de distinguir duas gerações particulares de filiados petistas em Brasília: a dos "antigos", cuja filiação é anterior à ascensão ao governo - isto é, até 1994 -, e a dos "novos", que integraram as fileiras do PT/DF a partir de 1995. (ROCHA, 2007. página 69).

Para a autora, essas diferentes gerações se diferenciam nas práticas, formas de entrada e identidade com a causa, como também as diferentes organizações e atuações. Dessa forma, o recorte geracional permite apreender as transformações e dinâmicas que ocorreram na organização, permitindo também *revisitar a história partidária através dos fluxos de entrada dos filiados* (ROCHA, 2007).

A noção de "geração" torna-se pertinente no sentido que nos insere numa área de investigação diferenciada, ou seja, levantando e aprofundando o público daquele contexto: O que significava ser militante naquele contexto? Como as pessoas se engajavam? O que levavam as pessoas a se engajarem? Como era o movimento popular em Sergipe?

A análise do "corte geracional", atrelada a perspectiva "carreiras militantes", nos possibilita compreender as diferentes e múltiplas militâncias, ou seja, como um indivíduo se engaja ou não em diferentes organizações,

podendo inclusive estabelecer “redes” e diálogos entre esses diferentes movimentos e causas.

Isso é possível a partir da operacionalização dessa perspectiva. O corte geracional se dá a partir da data de entrada em determinada organização, partido ou movimento. Dessa forma, pode-se apreender que geração é essa, como ele se caracteriza e se identifica. Nessa mesma perspectiva, podemos nos lançar no estudo desenvolvido por Mische (1997), acerca do movimento estudantil. Nesse estudo, Mische levanta algumas questões pertinentes para entender essa dinâmica geracional entre as diferentes fases do movimento: Quando, onde e como os indivíduos começam a se engajar?

Dentro desse contexto, o presente capítulo percorrerá as trajetórias dos indivíduos engajados na causa da educação popular em suas duas fases, levando em consideração as alianças, formas de recrutamento e permanência na causa, a fim de compreender as estratégias e mecanismos de atuação e transformação da causa.

## **1- Trajetórias e experiências na educação popular**

A abordagem pragmatista francesa abre espaços para novas discussões e inserções de conceitos dentro da agenda acerca da compreensão dos movimentos sociais, como a pertinência do papel do “indivíduo” (coletivo e individual) nas mobilizações coletivas.

A inserção do “ator coletivo” nas análises traz à tona uma longa discussão na sociologia: entender como o indivíduo age na coletividade. Dessa forma, as diferentes análises desenvolvidas em torno dessa questão buscam apreender, assim, as diferentes formas de atuação e ação do indivíduo dentro de um determinado grupo.

Nesse sentido, desenvolvem-se conceitos e perspectivas em torno da questão do engajamento, militância e participação política, possibilitando a apreensão das dinâmicas de mobilização de um grupo específico, as estratégias de recrutamento, de entrada e permanência dos indivíduos, as

identidades e interesses comuns, como os estudos desenvolvidos por: Agrikoliansky (1994, 2001), Barbot (2001), Bourdieu (1998), Bezerra (2007), Coradini (2007), Fillieule&Pudal (2010), Goirand (2009), Offerlé (2005), Oliveira (2009, 2010, 2013), Rocha (2007), Sawicki&Siméant (2011), entre outros.<sup>10</sup>

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, desenvolve o conceito de “trajetória” que possibilita entender como o indivíduo percorreu e ativou “disposições”<sup>11</sup> durante o trajeto até chegar àquela atuação específica, ou seja, os elementos que fizeram com que os atores fossem mobilizados e se engajassem em um determinado grupo. Porém, essa concepção coloca essa trajetória de forma “linear”, contínua, negligenciando assim elementos e eventos importantes, explicando os “meios” pelo “fim”.

Dessa forma, o conceito de trajetória não da conta, isoladamente, das diferentes cadeias de eventos e de acontecimentos que fazem com que os indivíduos se engajem e outros não, pois, não se trata de percurso linear, mas de diferentes elementos e acontecimentos que “despertam” e possibilitam as diferentes disposições, mas também reconversões, interesses, sentidos e engajamento para uma determinada causa. Deste modo, em contraponto a essa temática, alguns estudos e autores lançam mão da corrente “interacionista” no que diz respeito à ideia de “carreira”, no qual analisa e apreende “sequências de eventos”, que tem determinado peso e sentido, direcionando e inserindo o indivíduo para aquele momento.

A análise de carreiras dentro da temática dos movimentos sociais não se dá diante da noção clássica, mas de uma reelaboração que nos dá margem para apreender diferentes formas de entrada e permanência numa determinada causa. Vale ressaltar que a análise de carreiras não diz respeito à “particularização” de eventos individuais, ou seja, tomar como foco da análise as carreiras individuais e assim explicar determinada ação. Tomar essa perspectiva para, pois, entender tipos, padrões, perfis de carreiras, identificando assim, como os indivíduos se inserem e se “enquadram” dentro

---

<sup>10</sup>Desenvolvidas inicialmente na sociologia francesa, mas depois introduzidas por outros autores no Brasil, por exemplo: Oliveira, Bezerra, Goirand, Rocha, e etc.

<sup>11</sup> As disposições variam desde elementos e estruturas familiares, profissionais, educacionais e políticos até mesmo conjuntura política e social no qual esse indivíduo está inserido.

de uma organização, movimento e/ou causa, apreendendo certas “regularidades” na ação e na sequência de ação, de forma a abandonar as explicações em torno das origens e inserções sociais e privilegiar as modificações no decorrer do tempo e nos diferentes contextos. Nesse sentido, Oliveira (2013) nos insere nessa discussão,

A caracterização de padrões e modalidades de carreiras militantes constitui um instrumento heurístico na medida em que possibilita evidenciar as relações concretas dos aspectos vinculados à estrutura organizacional e à estrutura política com as características decorrentes das condições e lógicas sociais do engajamento individual (OLIVEIRA, 2013. Página 164).

Dessa forma, a análise de carreiras, atrelada à perspectiva geracional, nos permite entender como os diferentes atores envolvidos na causa da educação popular encontram uma “unidade” e passam a legitimar suas ações. Nesse sentido, a análise que se segue, busca compreender os percursos dos ativistas da educação no estado de Sergipe, a fim de apreender mecanismos e “padrões” de militância. Foram elaboradas oito (8) entrevistas, com indivíduos da primeira e segunda fase da educação popular.

O processo de negociação das entrevistas é um momento que nos fornece elementos “não ditos” dos entrevistados e do próprio universo investigado. Dessa forma, precisamos levantar o máximo de informações possíveis para poder captar elementos que, por vezes, passam despercebidos. Dessa forma, Oliveira (2005) salienta que,

O processo de negociação e de realização das entrevistas os dirigentes não fazem apenas descrições, interpretações e avaliações do seu engajamento. As formas de aceitação da entrevista e o tempo dedicado à mesma, assim como o estabelecimento do cenário, as maneiras e os gestos dos entrevistados remetem a conjuntos distintos de tipificações dos elementos que conduzem à militância e trazem à tona padrões distintos de representação do engajamento dos entrevistados. (OLIVEIRA, 2005. página 122).

No caso da pesquisa em tela, apreendemos que no momento de negociação e, até mesmo, durante as entrevistas, os “militantes” do CESEP revelam uma rede de relações pessoais estabelecidas em torno de suas atuações na entidade. Como já apresentado, o CESEP passou por uma crise interna já nos primeiros anos de atuação, na qual o dividiu em dois grupos. Esses grupos impulsionaram uma disputa de espaço e, dessa forma, muitos

indivíduos saíram do CESEP e criticaram a postura tomada por cada grupo. Todos os membros entrevistados mantêm contato com os indivíduos que faziam parte do seu vínculo, ou seja, do grupo pertencente. Já no momento de negociação das entrevistas, os entrevistados perguntavam se já tinha procurado alguém ou indicavam alguma pessoa da sua “rede”, que, no primeiro momento, a pesquisadora não tinha uma imagem clara, mas depois passou a identificar a qual grupo pertencia cada pessoa.

Isso também se revelava, durante a entrevista, com o tom e a linguagem utilizada para falar desse “momento de crise” e das pessoas que fazem parte. Um entrevistado preferiu não entrar em detalhes e falou apenas da “crise de identidade” que o CESEP enfrentou nesse momento, mas outros falavam detalhadamente quem eram as pessoas envolvidas, quem fazia parte de cada grupo, e de como isso dividiu e desmobilizou indivíduos, criticando discretamente o grupo oposto.

Dessa forma, os indivíduos usavam esse momento da entrevista para “propagar” e “esclarecer” fatos e conflitos que circunscrevem suas trajetórias e a dos seus grupos, expondo suas frustrações, os conflitos, as vitórias e suas saídas do CESEP, nos revelando elementos para compreendermos conjunturas de desengajamento e ativismo.

A tabela a seguir mostra, de forma sintetizada, as características e as fases de cada entrevistado, tanto da primeira quanto da segunda fase. A utilização da presente tabela nos permite uma visualização mais objetiva dos entrevistados, possibilitando uma melhor compreensão no decorrer do capítulo.

**Tabela 1. Quadros de entrevistados:**

	<b>NOME</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>GERAÇÃO/FASE</b>
<b>E01</b>	<b>Acácio Nascimento</b>	Permaneceu no CESEP até o seu fechamento. Elaborou sua pesquisa de dissertação de mestrado em Educação sobre o CESEP. Sócio fundador da associação da Prainha.	Entra no CESEP aos 29 anos, em 1990 (segunda fase)
<b>E02</b>	<b>Caio Amado</b>	Atuou no CESEP como assessor, no programa de comunicação. Professor no	Entra no CESEP em 1990 (segunda fase)

		departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.	
E03	<b>Carlos Alberto</b>	Atuou no MEB de Propriá até 1990. Em 1995 articula-se em torno da criação do CDJBC.	Entra no MEB com 24 anos em 1974 (primeira fase)
E04	<b>Carlos Trindade</b>	Considerado um dos principais fundadores do CESEP. Sócio fundadora União dos Negros de Aracaju (UNA) 1986, e da Sociedade Afro Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI), 1993.	Entra no CESEP aos 25 anos em 1988 (segunda fase)
E05	<b>Genivaldo Alves</b>	Atuou como coordenador do MEB em Propriá. Em 1991 muda-se para Aracaju onde trabalhou no setor privado e hoje coordena o projeto “MOVA-Brasil”.	Entra no MEB aos 16 anos em 1976 (primeira fase)
E06	<b>Lourival Junior</b>	Atuou como coordenador pedagógico no MEB de Propriá. Em 1992 passa a atuar no CESEP. Em 2012 torna-se superintendente da FUNASA em Sergipe.	Entra no MEB aos 22 anos em 1978 e no CESEP em 1992 (primeira e segunda fase)
E07	<b>Maria Mota</b>	Sócia fundadora do CESEP, associada a associação do 18 do forte. Trabalhou no setor administrativo da organização e permaneceu até o seu fechamento. Trabalha na Secretaria de Mulher do Estado de Sergipe.	Entra no CESEP aos 19 anos em 1988 (segunda fase)
E08	<b>Zézito de Oliveira</b>	Sócio da AMABA (presidindo em 1989) e desde 2004 atua na Ação Cultural em Aracaju.	Entra no CESE aos 22 anos em 1988 (segunda fase)

O quadro aqui apresentado, nos dá um panorama dos entrevistados durante a realização da pesquisa. O campo “características”, mostra elementos sintetizados de cada ator para entendermos o lugar de fala de cada entrevistado. Dessa forma, a elaboração desse quadro se desenvolveu como uma questão metodológica, para ilustrarmos e delineararmos os elementos de cada entrevistado.

No campo “geração/fase”, observamos as distribuições de entrada nos movimentos em que se engajaram, chamando atenção para as décadas de 70, 80 e 90. Assim, podemos “definir” a fase da educação popular em que estavam inseridos: *primeira e segunda fase*. Observamos que a idade de entrada dos entrevistados varia entre 16 a 29 anos e são caracteristicamente pessoas jovens, encontrando-se assim, na fase escolar e de formação, exceto o engajamento de Caio Amado, professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, e é a partir desse vínculo que passa a atuar no CESEP. Ele é convidado em 1990 para coordenar e assessorar a

produção de vídeos com temas tratados pelo Programa de Comunicação do CESEP. Após esse convite, Caio passou a atuar junto à organização.

Antes desse engajamento, Caio era militante ativo do PT, entre os anos de 1981 e 1989, tendo também atuações na CUT. O seu envolvimento com o CESEP se deu a partir de uma conjuntura institucional. Nesse período, a universidade tinha os chamados programas de extensão, que estabeleciam um envolvimento da instituição com as comunidades e consequentemente com as organizações sociais. Dessa forma, seu vínculo se estabeleceu através dessa porta. Todavia, as experiências prévias, como a militância partidária, possibilitaram uma permanência, mesmo que depois tenha se desengajado.

Contudo, observamos que o percurso escolar dos demais entrevistados se torna um fator de diferenciação entre as duas fases da educação popular. Na primeira fase, os entrevistados, no momento de entrada no MEB encontravam-se cursando o chamado científico, na época, na própria escola mantida pela igreja, que hoje equivale ao ensino médio técnico. A escola diocesana concedia bolsas de estudos a alunos de classe social baixa, que tinham destaque. Dessa forma, os alunos estabeleciam laços com a igreja e seus membros de uma forma geral: o bispo, que era professor na escola e também tinha total autoridade sobre o MEB, os coordenadores e até funcionários.

Um caso típico desse processo, é a trajetória do Carlos Alberto. Seu Carlos, como era conhecido, estudava contabilidade na Escola Técnica do Colégio Diocesano de Propriá. Trabalhava como balconista em uma padaria, mas o trabalho não estava mais dando certo e nem conseguia mais conciliar com os estudos. Dessa forma, seu Carlos recorreu ao coordenador do seu curso, que também era coordenador do MEB. Esse, por sua vez, o apresentou ao bispo Dom José Brandão de Castro, que já conhecia seu Carlos como aluno na escola técnica e isso possibilitou uma relação de proximidade. Seu Carlos, em 1974, aos 25 anos entra no MEB.

Eu trabalhava como balconista na panificação, e ela crescendo, crescendo... E eu estudando. Ai um colega falou: 'Carlos Alberto, vou sair do MEB e vou te apresentar ao coordenador', ele era administrador e eu tava fazendo contabilidade, uniu o útil ao agradável. Nesse meio termo, meu coordenador da escola técnica



falou: 'Carlos Alberto quer sair daí? Eu tenho uma proposta pra você. Vou te apresentar ao Dom José como aluno da escola técnica'. Fez a carta de apresentação, e me apresentou ao Bispo que era uma autoridade... Ai eu fui pro MEB.(Entrevista concedida por Carlos Alberto em 18 de junho de 2015).

O entrevistado fala que é só a partir desse contato com a causa que o mesmo começa a se identificar e se engajar na educação popular, *entendendo que através dela poderia transformar a realidade de muitos que estavam ao seu redor*. Logo depois, seu Carlos passou a desenvolver a função de coordenador do MEB e assim passou a se envolver nas questões sociais das comunidades vizinhas.

Isso é revelador de como os engajamentos em determinada causa é fruto das relações que o mesmo estabelece com os pertencentes daquele universo e não, necessariamente, um “gosto pela causa”. O entrevistado revelou uma visão bastante romântica em torno da educação popular, acreditando em seu sucesso. Todavia, essa relação com a educação popular é fruto de uma construção ao longo de seu percurso e não um fator de entrada e engajamento com a mesma.

Diferentemente desse contexto, na segunda fase, observamos uma relação diferenciada entre percurso escolar e engajamento na causa. Os entrevistados dessa segunda fase possuem um histórico escolar bastante diversificado. Enquanto que, na primeira fase, encontramos estudantes de escolas mantidas pela igreja, na segunda fase, os indivíduos estudaram em escolas públicas, no geral, e os laços estabelecidos durante esse percurso foram convertidos de outra maneira.

Podemos usar a trajetória de Carlos Trindade para exemplificar esse argumento. Ao iniciar os estudos no curso de Economia na Universidade Federal, Trindade entra para Centro Acadêmico Celso Furtado (do curso) e assim começa a se engajar nas discussões do Movimento Negro. Para ele, *os poucos negros que chegavam a universidade se engajam nessa discussão*. Dessa forma, em 1985 nasce o UNA (União de Negros de Aracaju). Essa mobilização agregou o engajamento de diversos professores, como a professora Neli e o Carlos Alberto, do departamento de História, afirma Trindade em entrevista.

Essa situação possibilitou a aproximação de Trindade com a professora Maria Luiza, do departamento de Serviço Social, professora que desenvolvia estudos acerca dos movimentos sociais e se engajava nas problemáticas da sociedade. Dessa forma, surgem as discussões em torno da criação de uma organização que desenvolvesse a educação popular no estado, a fim de promover a assessoria e formação de movimentos e lideranças, nascendo, assim o CESEP (ponto destacado no I Capítulo).

Para Trindade, é essa experiência da UNA que o faz ficar a frente do CESEP. Observamos que laços estabelecidos durante seu momento escolar, possibilitam o seu engajamento em torno da causa, mas de forma diferenciada dos indivíduos do primeiro momento. É certo que os atores sociais experimentam experiências diferenciadas. Dessa forma, não se trata de buscar elementos generalizantes, mas certas regularidades nos percursos dos indivíduos entrevistados, buscando assim compreender os significados de identidade em torno da causa.

Observamos que, na primeira fase, os entrevistados tiveram contatos com a causa a partir da busca por garantia de trabalho ou até mesmo como “primeiro emprego”, como é o caso do Genivaldo Alves, que iniciou no MEB com 16 anos, também como auxiliar administrativo. Após esse contato, começavam a entender e se engajar na causa, passando para educadores, depois supervisores e por fim coordenadores do MEB na região.

Isso pode revelar o processo inicial de construção da causa. Não se tinha uma grande difusão do que era a educação popular e assim as pessoas acabavam “indo parar ali”. Todavia, é certo que a educação popular cresceu e ganhou grandes proporções nessa primeira fase, penetrando a maioria das comunidades rurais do leste e norte do estado.

Já na segunda fase, o que observamos é um engajamento mais politizado, ou seja, os atores envolvidos buscam compreender o que é a educação popular e como a mesma se desenvolve, buscando assim, criar uma organização com os princípios da educação popular.

No entanto, gostaria de destacar alguns elementos nas trajetórias dos indivíduos pertencentes à primeira fase da educação popular. Apesar de o engajamento ser impulsionado por relações pessoais, os entrevistados se apresentam com uma multiplicidade de experiências em suas trajetórias, que nos fornecem elementos para entendermos o percurso e a diversificação da educação popular no estado de Sergipe. É o caso da trajetória de Carlos Alberto. Residindo em Propriá, seu Carlos passa a se envolver em problemáticas sociais das comunidades em que o MEB acompanhava, principalmente nas questões ligadas a questão da terra.

No início da década de 80, em paralelo a CPT (Comissão Pastoral da Terra), foi criada a EPT (Equipe Pastoral da Terra), organização clandestina que atuava na luta pela terra no sertão sergipano, contando com a presença de lideranças, presidentes de sindicatos e membros do MEB, como era o caso de seu Carlos, que estava a frente desse processo, conforme afirma em entrevista. Para ele, esse foi um momento bastante efervescente na “luta da terra”, em Sergipe, pois foram feitas diversas ocupações de terras, além de discussões nos sindicatos rurais.

Após essa conjuntura, o MEB começou a perder força. Outras organizações passaram a surgir, a igreja dá fôlego a CPT, pastoral destinada a “organizar” essa pauta social. Surge também o MST, que passa a encabeçar e “cooptar” as lutas pela reforma agrária.

Nesse contexto, o MEB começa a se desarticular. O principal “líder”, Dom Brandão, é aposentado e assim, em 1987, sai da diocese levando grande parte dos seus colaboradores. Assim, seu Carlos se muda para Aracaju, capital de Sergipe, e passa a trabalhar como taxista. Em 1995, em Propriá, trabalhadores começam a se articular em torno de uma organização que prestasse assessoria aos trabalhadores da terra, dessa forma, afirma seu Carlos, cria-se o CDJBC (Centro Dom José Brandão de Castro), no qual passava funcionar em Aracaju com quatro funcionários, entre eles seu Carlos, e que permanece até hoje (afirma seu Carlos, em entrevista). O entrevistado ainda mostra que o CESEP atuou na construção do Centro, assessorando nas questões burocráticas.

Isso é revelador da diversificação e enfraquecimento da educação popular, tanto na primeira fase, perdendo espaço para as disputas de terra, como na segunda fase, quando ocorre uma diversificação de organização em torno da causa e assim o CESEP passa a competir no campo de atuação, como é o caso do CDJBC.

Dessa forma, buscamos mostrar até aqui como as diferentes trajetórias podem revelar elementos comuns que possibilite uma compreensão desse universo empírico. Assim, a análise revela dois “perfis” de carreiras, ou seja, dois tipos de militantes que se engajaram na causa. A tabela a seguir mostra de forma sintetizada esses perfis e seus militantes correspondentes.

**Tabela 2: Perfis de Militância**

PERFIL	MILITANTES	DESCRIÇÃO
<b>1. Engajamento Religioso</b>	-Carlos Alberto -Lourival Junior -Genivaldo Silva	Esse perfil de militância corresponde aos atores que se engajaram a partir de seu envolvimento com ações religiosas. (Predomina atores da primeira fase).
<b>2. Engajamentos Múltiplos.</b>	-Acácio Nascimento -Carlos Trindade -Caio Amado -Maria Mota Zézito de Oliveira	Perfil de militância que tem uma trajetória de militância mais densa, e que atua em diferentes organizações, inclusive a atuação nas organizações da Igreja.

FONTE: Dados extraídos das entrevistas realizadas.

A partir do delineamento desses “perfis”, podemos destacar a “categoria de geração” para aprofundarmos nossa análise. Fazendo uma ligação com o quadro anterior, observamos que os indivíduos pertencentes ao “perfil de carreira 1” possuem um engajamento predominantemente religioso, ou seja, é a partir dos laços religiosos, com padres, coordenadores e até mesmo o bispo,

que os indivíduos passam a se engajar na causa. Isso repercute ainda no sentido ou elemento de identificação com a mesma, uma vez que os indivíduos encaram suas atividades como um processo de “*evangelização libertadora*”.

Esse argumento fortalece a perspectiva de que transformações ocorridas nos contextos políticos e sociais estão estreitamente ligadas ao “tipo” de envolvimento dos indivíduos em problemáticas sociais. Como debatido até aqui, a igreja desenvolveu um papel bastante significativo no que tange às mobilizações sociais, nas décadas de 60, 70 e 80. Logo, é percebido sua influência nas trajetórias dos indivíduos que se engajaram na primeira geração da educação popular, revelado no “perfil de carreira 1”.

Já o perfil 2, corresponde a segunda geração, um momento em que a militância múltipla era um fator favorável às mobilizações sociais. As experiências prévias, bem como as relações que cada indivíduo mantinha ou estabelecia, correspondiam ao tipo de militante que esse se tornará. Notamos ainda que a presença da igreja não foi abafada, todavia, já não se tinha uma predominância sobre a causa e as mobilizações sociais.

As entrevistas foram realizadas com os antigos membros do MEB, não sendo possível conversar com militantes do CPC nem do MCP. Contudo, nos estudos elaborados por Wanderley (1984), Brandão (1980, 1995) e Bezerra (1980), constatamos que a juventude católica, nesse período, era bastante ativa, penetrando em diversos setores da sociedade, desde os movimentos pastorais a movimentos universitários, como é o caso da JUC – Juventude Universitária Católica. Isso fica mais bem observado no capítulo anterior, ao analisarmos as redes de relações da educação popular em sua *primeira fase*.

A segunda geração da educação popular mostra-se mais diversificada. A entrada e permanência na causa encontra caminhos diferenciados, e assim encontramos uma trama mais complexa de ativistas.

Dessa forma, destacamos a trajetória de Zézito de Oliveira, militante de vários movimentos e sócio do CESEP. Zézito morou no Rio de Janeiro até os 21 anos, na Baixada Fluminense, onde começou a se engajar nos movimentos culturais. Ele conta que, nesse momento, passou a fazer muitas leituras de

jornais de esquerda e que, através de um primo, passou a se envolver nas discussões partidárias do Partido dos Trabalhadores. Para ele, a influência maior em relação a seu engajamento militante se deu através do envolvimento com o PT (Partido dos Trabalhadores), pois ele afirma que era o único partido que agregava todas “camadas” sociais.

Em 1982, Zézito muda-se para o bairro América, no qual começa a se envolver nas lutas sociais do bairro. O bairro América é conhecido pelas suas lutas e resistências sociais, como as luta contra a poluição provocada pela fabrica de cimento PORTLAND, encabeçada pela Igreja São Judas Tadeu e o pároco Peccorari. Dessa forma, em 1983, Zézito participa das articulações e mobilização em torno da construção da AMABA, associação do bairro, que compõe a rede de organizações em torno do CESEP e da educação popular. Seu contato efetivo com o CESEP se deu através do “Projeto Reculturate”, projeto desenvolvido pela AMABA e CESEP, no bairro América, para envolver crianças e adolescentes. Após esse momento, já vinculado ao CESEP, Zézito de Oliveira participa de algumas gestões coordenativas do CESEP junto com o Acácio Figuerêdo.

Isso mostra a militância múltipla, característica desse perfil. Ao mesmo tempo em que Zézito militava no CESEP, militava também na AMABA e no PT. Essa característica possibilitava aos indivíduos ampliarem seus vínculos de atuação, mas também se mostrava como uma característica da década de 90, quando ocorre uma multiplicidade de causas e os indivíduos iam se envolvendo nas pautas.

Contudo, na década de 90, a igreja ainda cumpriu um papel bastante importante em meio aos movimentos sociais. Alguns indivíduos se engajam através dos laços estabelecidos por meio dessa convivência religiosa. Isso nos revela o papel que a igreja desempenhou nesse período. Pessoas que estavam, até então, “distantes” das mobilizações sociais, são introduzidas a partir da perspectiva evangelizadora da igreja e passaram a atuar nas causas sociais, chamando atenção para a expansão da “Teologia da Libertação”, que impulsionou e reforçou a atuação política de seus fiéis.

Um exemplo típico desse engajamento, que une engajamento religioso e político, é o da Maria Mota, sócia fundadora do CESEP, que tem suas primeiras experiências na Juventude Católica Operária (JOC) e depois passa para a Ação Católica Operária (ACO), no bairro em que morava (18 do Forte, em Aracaju). Esse engajamento fortaleceu a sua atuação junto à Associação do bairro, que em 1985, contava com mil e duzentos (1200) sócios (relata em entrevista). Além dessas atuações, Maria Mota era filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Dessa forma, Maria Mota tem claro que o seu engajamento político é fruto de sua atuação nas organizações impulsionadas pela igreja, e que as ações e atuações sociais devem perpassar pela *consciência religiosa*. Destacamos, assim, a fala na qual relata sua atuação e trajetória social:

A minha prioridade era Ação Católica Operária, e a Associação do 18 do Forte era meu engajamento político. Porque um militante da ACO ele precisa tá inserido ou engajado em algum espaço... Isso porque a ACO segue a linha cristã... A reflexão fé e vida não adiantam você tá em quatro paredes... Você precisa ter uma ação lá fora, no meio do povo.

(Entrevista concedida por Maria Mota. 11 de dezembro de 2013 *apud* RODRIGUES, 2014. p. 55).

Destacamos ainda a trajetória de Acácio Nascimento, também impulsionada pela participação religiosa. Todavia, para ele, as pessoas aos poucos, precisam deixar de *estar na ação na comunidade através da igreja, criando movimentos e se engajando na luta social*. Acácio começa sua militância em torno da Comunidade da Prainha, na qual contava com a influência do “líder comunitário” Raimundo Félix. A associação da Prainha compõe o quadro de organizações fundadoras do CESEP.

Dessa forma, destacamos sua fala,

Eu vim do Movimento em Defesa da Prainha, um movimento de bairro que hoje existe com outro nome... Comecei na Prainha como catequista e depois participei da criação do Movimento em Defesa da Prainha... E como o CESEP ia muito lá tinha esse princípio de formação desde a criação eu fiquei muito impressionado... Eu comecei participando de encontro de formação de lideranças, promovido pelo CESEP... E tinha o Raimundo, ele sempre teve a característica de formar, de “criar” comunidades... E daí eu comecei a participar efetivamente do CESEP”. (Entrevista concedida por Acácio Figuerêdo. 06 de janeiro de 2014. *apud* RODRIGUES, 2014. página 57).

Dessa forma, apreendemos que esses princípios religiosos são transferidos também para o CESEP, uma vez que os entrevistados entendiam o CESEP como uma organização que tinha uma “missão social” para com a sociedade sergipana e seu fechamento acarretou *uma grande perda, principalmente pra sociedade civil organizada*. Essa conjuntura reforça a argumentação da forte penetração da igreja católica no delineamento dos engajamentos de diversos indivíduos nas mobilizações sociais e, em especial, na educação popular, fortemente na primeira fase, e associada a outras atuações e visão de mundo na segunda.

De tal modo, apreendemos que a diferença geracional revela as dimensões das redes apresentadas no capítulo anterior, chamando a atenção para dois fatos: Primeiro, a rede de relações apresentada na primeira fase da educação popular se mostra mais homogênea, tendo suas ligações e atuações em três principais "campos": Igreja, Estado e Universidade, apontando um destaque para o papel da igreja. Dessa forma, reforça o fato dessa geração não ter experiências prévias e assim não estabelecer relações dessas redes com outras redes. Segundo, a geração da segunda fase se apresenta com uma multiplicidade de engajamentos. Dessa forma, estabelece uma ampliação da rede em torno da educação popular. Isso, claro, se dá a partir de uma dinâmica social e política amparada na conjuntura que o país estava vivenciando.

Por fim, apreendemos que as dimensões individuais, atreladas a outras perspectivas de análise, nos dão margem para entender o processo de constituição e fortalecimento de determinada causa. Na análise proposta, observamos que a educação popular passa por diversas transformações, atribuindo novos significados e identidades, e que os atores sociais envolvidos constituem um papel importante na formulação e legitimidade da causa.



## CONCLUSÃO

As mobilizações em torno da causa da educação popular configuram um momento bastante diversificado e dinâmico. Desde as primeiras mobilizações, até os dias atuais, observamos que a educação popular passou por diversas transformações, com momentos de mais efervescência e momentos de crise e desarticulações.

O presente trabalho teve como objetivo percorrer o caminho da educação popular no estado de Sergipe, as mobilizações em torno da construção da causa e como a mesma se desenvolveu e entrou para a cena política e social do estado e do país. Dessa forma, buscamos fazer uma sociogenêse da causa, levando em consideração seus fatores históricos, conjunturas políticas e sociais, bem como sua dinâmica de funcionamento.

Dessa forma, o trabalho demonstra, primeiramente, os contextos sociais e políticos no qual possibilitaram esse delineamento. Na década de 60, observamos movimentos e atores preocupados com uma formação política dos indivíduos a fim de que incorporassem uma visão crítica da sociedade em que viviam. Dessa forma, evidenciamos a forte presença da igreja católica, que a partir de um ideário social, penetrou nas camadas populares da sociedade: comunidades rurais, bairros periféricos, comunidades tradicionais, favelas, entre outros. Dessa forma, a primeira experiência de movimento voltado para a educação popular foi o MEB, criado pelo bispo Dom Távora, de Sergipe, e oficializado pela CNBB.

Observamos ainda que, além percorrer esse caminho a igreja estava presente em outros universos, como o universitário, que, com as ações da Juventude Universitária Católica, passou a ter uma grande influência nos movimentos provindos desse universo, a exemplo dos Centros de Cultura Popular, que percorrem grande parte do território brasileiro, inclusive aqui no estado em diversas cidades, com a UNE - Volante e a União Estadual de Estudantes.

Além desse universo, podemos ressaltar a relação da igreja com o estado através da CNBB, formando diversas parcerias e angariando recursos para o funcionamento do MEB. Esse contexto revela que a educação popular da década de 60 a meados de 80, se desenvolvia em consonância a participação da vida religiosa.

Essa fase da educação popular se caracteriza também pela forte aliança com a luta da terra, principalmente no norte do estado. A pesquisa revelou que muitas disputas pela “democratização da terra” foram fomentadas pela própria atuação do MEB, que passou a atuar em meio aos agricultores rurais nas negociações, esclarecimentos e até ocupação de terras. Começa a nascer aí as primeiras mobilizações pela reforma agrária e pelos direitos dos agricultores. Assim, muitos educadores e coordenadores do MEB passaram a atuar nesse universo também, primeiro de forma não organizada, depois sob uma vertente institucionalizada da igreja católica, a CPT. Outro fato que chamou atenção no estado de Sergipe, é que essa movimentação de alguns atores chegaram a fundar uma organização clandestina, que passou a atuar paralelamente a CPT.

Essa mobilização fomentou a criação de uma série de sindicatos rurais na região em que abarcava a arquidiocese de Propriá, em que funcionava o MEB. Uma figura abordada na pesquisa é a do bispo Dom José Brandão de Castro que passou a fomentar essas ações e ser visto como referência.

Essa dinâmica teve momentos de maior efervescência e de abafamento político, pois, logo em seguida das primeiras mobilizações, o país começou a viver um fechamento político com a ditadura militar. Isso desencadeou em uma transformação da educação popular. No final da década de 70, muitas mobilizações surgiram no Brasil, em busca pela redemocratização do país. Isso acarretou em uma efervescência de movimentos e causas e a educação popular passou a ganhar novos significados.

Quando a educação popular “ressurge”, no estado, na década de 80, com a criação do CESEP, observamos que novos sentidos foram atribuídos à causa e esta passou a ser um movimento mais politizado e estratégico. Isso possibilitou a formação de diversos regimes de engajamento e criação de novas entidades sociais no estado.

Dessa forma, evidenciamos como a causa começou a ser delineada, as primeiras mobilizações e os sentidos atribuídos a ela e como essa passou a fazer parte da agenda de debate, tornando-se uma causa legitimada.

As redes de relações se mostraram bastante pertinentes para o trabalho aqui abordado. Observamos que, em dois momentos diferenciados da causa, as redes estabelecidas em torno delas ganham significados diferenciados. Na primeira fase, em que apreendemos uma rede voltada para experiências e engajamentos religiosos, observamos uma rede mais homogênea. Já na segunda fase da educação popular, observamos uma rede diversificada e mais densa, com relações religiosas, mas, sobretudo, políticas. Isso é possibilitado pela militância múltipla, bastante comum e importante naquele período.

Dessa forma, as análises acerca das redes nos permitiram compreender as “conexões” de dentro e fora do grupo. Nesse sentido, podemos observar as relações, alianças e dinâmicas da educação popular dentro da sua própria lógica e como a mesma se articula com outros movimentos, atores e instituições, para legitimar e fortalecer a causa.

As dimensões individuais também nos possibilitaram um aprofundamento da análise. Na medida em que percorremos as trajetórias dos indivíduos engajados na causa, identificamos mecanismos de entrada e permanência da causa, sendo possível adentrar em sua lógica.

A perspectiva de carreiras, atrelada a de trajetórias, possibilitou traçar o perfil dos militantes engajados na causa. Assim, chegamos ao mapeamento de três perfis, caracterizados tanto pela primeira fase da educação popular, quanto da segunda.

Os perfis mudam a partir dos contextos e dinâmicas de cada fase. Na primeira fase, em que encontramos relações mais homogêneas, as carreiras militantes estão diretamente interligadas às experiências e elementos religiosos. Já na segunda fase, encontramos uma militância múltipla, na qual os indivíduos tinham uma ampla bagagem de experiência e relações.

Além dessas duas dinâmicas diferenciadas da educação popular, apreendemos uma diversificação da causa no pós anos 2000. Com uma nova

mudança do contexto político social, a educação popular passou a ser incorporada a outras causas, ramificando assim sua atuação. Uma das principais incorporações da educação popular ocorre por parte da economia solidária, que incorporou a premissa da educação *emancipadora* para transformar os mecanismos de produção, tornando-a uma economia mais justa e igualitária.

Dessa forma, observamos que não houve uma mudança na “estrutura” da causa da primeira para a segunda fase da educação popular, ou seja, tanto em questões teórico metodológicas, quanto nas práticas e lógicas de atuação. A educação popular, no que vou chamar de “terceira fase”, passou a ser incorporada por outras causas, fragmentando-se e sendo incorporada por outras pautas.

Dentro desse contexto, podemos observar que desde o momento de formulação de saberes e engajamento na pauta da educação popular, a causa foi problematizada e assim incorporada a arena de disputa das mobilizações sociais, surgindo e impulsionando novos atores, movimentos e organizações.

Com base no que foi apresentado, o trabalho buscou mostrar como uma determinada causa é construída e evidenciada pelos atores envolvidos, destacando os fatores e contextos que possibilitam essa construção, seu desenvolvimento e sua diversificação. Busquei evidenciar que as diferentes dinâmicas e conjunturas políticas e sociais atribuem diferentes significados para a causa, fazendo com que criem uma identidade coletiva em torno dessa causa. Dessa forma, a educação popular mostra como vai se moldando e criando novos valores, possibilitando o engajamento e desengajamento dos indivíduos, movimentos e organizações.

Por fim, o estudo busca trazer contribuições para o campo da sociologia dos movimentos sociais. Inserido numa análise que dá margem aos estudos de casos, aos atores envolvidos e significados atribuídos, a pesquisa levanta questões para melhor entendermos a política sergipana e, até mesmo, a brasileira.

O estudo faz um esforço de abordar uma discussão teórica e metodológica pouco usual na sociologia dos movimentos sociais, que é a análise a partir da construção da causa. Essa análise possibilita ao pesquisador percorrer o universo pesquisado de forma livre, possibilitando entender como determinada pauta passa a fazer parte da dinâmica das pessoas, isto é, passa a fazer parte do campo político e vai se “ajustando”, a fim de legitimar seu campo de atuação.

Dessa forma, a pesquisa me aponta elementos para pensar além da análise aqui desenvolvida. Como por exemplo, entender uma possível “rede de militância política”, ou seja, indivíduos que estavam engajados nas pautas sociais, movimentos e organizações no final da década de 80, em sua maioria se conheciam e hoje ainda fazem parte desse universo. Nenhum dos entrevistados, durante essa pesquisa, ocupa cargo político eleitoral, mas compõe a rede de confiança de algum político. Como é o caso de Genival Alves, que começou no MEB e, a partir das redes estabelecidas nesse momento e ampliadas com sua militância no PT, passou a compor a equipe de Márcio Macêdo, ex deputado federal pelo PT. Isso pode nos trazer elementos para entendermos possíveis lógicas de atuação e configuração políticas.

Outro fator que chamou atenção no desenvolvimento dessa pesquisa, e me aguçou a entender para além da pesquisa e também o papel que a igreja desenvolveu nas problemáticas sociais. Mesmo com seu enfraquecimento, ou menos protagonismo, na década de 90, observamos ainda hoje grandes figuras religiosas e, até mesmo, alas da igreja atuando. É o caso da CNBB, que se manifestou contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, nos últimos meses, e o MEB que participou e convocou seus militantes para participar de atos em “defesa da democracia e contra o golpe” (Chamado do movimento em seu site).

Isso mostra que esse universo pesquisado não foi esgotado. Sempre uma análise possibilita novas sugestões, novas interrogações e hipóteses. Dessa forma, essa pesquisa me trouxe bastantes elementos para aprofundar as perspectivas acerca da sociologia dos movimentos sociais, tanto do ponto de vista teórico-metodológico (com uma nova abordagem para esse campo),

quanto empírico (a multiplicidade de transformações da causa, os diferentes significados e ações).

## REFERÊNCIAS

AGRIKOLIANSKY, Eric. "Biographies d'institution et mise en scène de l'intellectuel. Les candidats au comité central de la Ligue des droits de l'homme". In: Politix. Vol. 7, N°27. Troisième trimestre 1994. pp. 94-110.

ALONSO, Ângela. "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". Lua Nova, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.

\_\_\_\_\_. "Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito". Sociologia & antropologia | v.02.03: 21 – 41, 2012.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; e MACIEL, Débora. "Identidade e Estratégia na Formação do Movimento Ambientalista Brasileiro". NOVOS ESTUDOS 79, Novembro, 2007.

BEAUD, Stéphane. WEBER, Florence. "Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos". Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEZERRA, Aínda. "As atividades em educação popular". Cap1, 16-39. In: "A questão política da Educação Popular". Brasiliense, São Paulo, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "O que é Educação Popular". (a). Acesso em 18 de setembro de 2014. [http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/o\\_que\\_ed\\_pop\\_ar.pdf](http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/o_que_ed_pop_ar.pdf)>

\_\_\_\_\_. "Apresentação". pp. 11-15. In: "A questão política da Educação Popular". Brasiliense, São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. "Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular". São Paulo: Cortez, 1995

BORGES, Débora Roberta. "Movimento de educação de base: ação e repercussão em mato grosso na década de 1960". Dissertação de mestrado em Educação apresentada a Universidade Federal de Mato Grosso. Orientadora Dra. Márcia dos Santos Ferreira. Cuiabá-MT, 2012.

BOURDIEU, Pierre. "O poder simbólico". Rio de Janeiro: Bernard Brasil, 1998.

CARLOS, Euzeneia "Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais". Revista de Sociologia e Política, vol. 19, núm. 39, junho, 2011, pp. 153-166. Universidade Federal do Paraná Curitiba, Brasil.

CEFAÏ, Daniel. "Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva". Traduzido por Bruno Cardoso. Revista DILEMAS, Ano: 2009; Volume: 2; Numero: 4.

\_\_\_\_\_. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. In: Réseaux, volume 14, n°75, 1996. Le temps de l'événement I. pp. 43-66.

CRUZ, José Vieira. "O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipano – CPC da UEE – e os movimentos culturais do início dos anos 60 (1962-1964)". Monografia apresentada ao departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação do professor Antonio Fernando de Araújo Sá. Aracaju, Sergipe. 1998.

COSTA, Joana D'Arc. "Dos movimentos Sociais as funções institucionais: a consolidação de uma geração política em Sergipe". Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientação Dr. João Bosco Araujo da Costa. Natal-RN, 2009.

CORADINI, Odaci Luiz. "Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil". Revista de Sociologia e Política nº 28: 181-203 jun. 2007.

DANTAS, Paulo Santos. "Construção de identidade negra e estratégias de poder: o movimento negro sergipano na década de 1990". Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Orientação Dr. Jocélio Teles dos Santos. Salvador-BA, 2003.



DANTAS, Ibarê. "Historia de Sergipe: Republica (1889-2000)". Edições Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 2004.

DOIMO, Ana Maria. "A Vez e a Voz Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70" Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FAVERO, Osmar. Movimento de educação de base - MEB. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

\_\_\_\_\_. "Cultura e Educação popular: memórias dos anos 60". Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983

FARIAS, Maria Aparecida. "Movimento de Educação de Base em Sergipe – MEB – 1964/1970". Monografia apresentada ao departamento de Historia da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da professora Ádria de Araújo Ramos Lavres. Aracaju, Sergipe. 1996.

FIGUERÊDO, Acácio Nascimento. "Os princípios Políticos e a Prática Educativa do CESEP: processos formativos de uma ONG em Sergipe 1988/1998". Desenvolvimento e Paz. São Cristovão, 2003, 128 p.

FILLIEULE, Olivier & PUDAL, Bernard. "Sociologie du militantisme. Problématisations et déplacement des méthodes d' enquête". In : FILLIEULE, O., AGRIKOLIANSKY, E. & SOMMIER, I. Penser les mouvements sociaux Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines . LA DÉCOUVERTE 9 bis, rue Abe1-Hove1acque 75013 Paris 2010. 163-184.

FRANCISCO, Thais Paixão. "O centro Sergipano de Educação Popular – CESEP e a Associação de Moradores e Amigos do Bairro América – AMABA: a redefinição nas ações de uma ONG e sua assessoria a uma organização popular em Sergipe". Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, apresentada a Universidade Federal de Sergipe. Orientadora: Profª Maria da Conceição S. S. Dantas. São Cristovão-SE, 2004.

GARCÉS, Mário D. "Educação Popular e Movimentos Sociais". In: "Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas" / Pedro Pontual, Timothy Ireland (organizadores). – Brasília : Ministério da Educação : UNESCO, 2006.

GOIRAND, Camille. "Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada". Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 323-354, julho-dezembro de 2009.

HANNIGAN, John A. "Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social". Lisboa, Instituto Piaget, 1997. [cap. 2: a construção social dos problemas ambientais].

LAHIRE, Bernard. "Retratos sociológicos: disposições e variações individuais". Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Didier Martin. –Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOPES, Eliano Sergio Azevedo. "História dos Movimentos Sociais no Campo em Sergipe: uma Abordagem Preliminar". Fundação Joaquim Nabuco: desenvolvimento com educação. fundaj/observanordeste/publicações/textosespeciais. S/D. Acesso em setembro de 2014.

[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=600%3Ahistoria-dos-movimentos-sociais-no-campo-em-sergipe-uma-abordagem-preliminar-&catid=58%3Aobservanordeste&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=600%3Ahistoria-dos-movimentos-sociais-no-campo-em-sergipe-uma-abordagem-preliminar-&catid=58%3Aobservanordeste&Itemid=414).

Livreto "Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas". Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social e Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Brasília, DF. 2014.

MASSON, Sabine. "Genre, Race et Colonialité en Amérique latine et aux Caraïbes: une analyse des mouvements indigènes et féministes". In: FILLIEULE, O. & ROUX, P. "Le sexe du militantisme". Paris, Presses de Sciences Po, 2009.

MACIEL, Karen de Fátima. "O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular". Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Meyer, 1977, *apud* MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. "Estudos organizacionais e movimentos

sociais: o que sabemos? Para onde vamos?”. CADERNOS EBAPE. BR, v. 6, nº 3, Set. 2008.

MELO NETO, José Francisco de. “Educação Popular em Economia Solidaria”. 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). CAXAMBU/MG, 2006.

MISCHE, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago. Nº 5, 1997.

\_\_\_\_\_. “Movimentos sociais, partidos políticos e análise de redes”, Revista do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.22.1, 2015, p.131-141.

MILLS, C. Wright. “A imaginação Sociológica”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 4ª edição.

Mostra Virtual.“Memória da Educação: Movimento de Educação de Base e suas escolas radiofônicas”.CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica, PUC/SP. Acesso em Dezembro de 2015. <http://www.4.pucsp.br/cedic/meb/index.html>.

NOONAN, Rita K. Mulheres contra o Estado: oportunidades políticas e quadros de ação coletiva na transição do Chile para a Democracia. SociologicalForum, Vol. 10, n. 1, 1995.

OFFERLÉ, Michel «Bajar a la calle de la “jornada” a la “manif”. Política. Volumen 44 - Otoño 2005, pp. 33-59.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. “Abertura política, militância múltipla e protestos públicos em defesa de causa ambientais”. Caderno CERU, série 2, v.20, n.1, junho de 2009. Pag.233-239.

\_\_\_\_\_. "Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, V. 3, p 49-77, 2010.

\_\_\_\_\_. “A Arte de Resistir às Palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla”. In: “As ciências Sociais e os

espaços da política no Brasil”. SEIDL, Ernesto.; GRILL, Igor. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 141-178.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. “Movimento social e conflitos socioambientais no bairro America – Aracaju/SE: O caso da companhia de cimento PORTLAND de Sergipe (1967-200)”. 2008.

PAIVA, Vanilda. “O Período 1958/1964: Novas idéias em matéria de Educação de Adultos”. pp. 231-286. In: “História da Educação Popular no Brasil: Educação popular e educação de adultos”. Edições Loyola, 6º edição. São Paulo, 2003.

PECAUT, Daniel. “Os intelectuais e a política no Brasil entre o povo e a nação”. São Paulo: Ática, 1990.

Pechu Cécile. Les générations militantes à Droit au logement. In: Revue française de science politique, 51e année, n°1-2, 2001.pp. 73-103.

RODRIGUES, Gessica Santana. “Dinâmicas da Ação Coletiva: Construção e Desenvolvimento do CESEP (Centro Sergipano de Educação Popular)”. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Ciências Sociais. Orientador: OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Universidade Federal de Sergipe, 2014.

\_\_\_\_\_. “O princípio libertário”: uma análise em torno da causa da Educação Popular do CESEP – Centro Sergipano de Educação Popular. 39ª Encontro da ANPOCS, Caxambu, MG, 2015. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=9575&Itemid=461](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9575&Itemid=461)

RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. SILVA, Marcelo Kunrath. “Levante Juventude, juventude é pra lutar: a relação ente as esferas de vida e identidade na constituição do engajamento juvenil”. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

SANTOS, Julielba Maria dos. “Articulação dos Movimentos Populares Urbanos/Central de Movimentos Populares de Sergipe”. Trabalho de

Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe.

SCHERER-WAREN, Ilse. "Das mobilizações às redes de movimentos sociais". Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. "Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Editora VOZES. Petrópolis, 1984.

## ENTREVISTAS

**Acácio Nascimento Figuerêdo:** sócio do CESEP, Mestre em Educação e professor na rede municipal e estadual de Ensino. Elaborou o livro “Os princípios Políticos e A Prática Educativa do CESEP: processos formativos de uma ONG em Sergipe 1988/1998”, a partir da sua dissertação de mestrado. Entrevista concedida em 06 de janeiro de 2014, na escola Francisco Portugal, Conjunto Augusto Franco, na qual trabalha. Duas horas de entrevista gravada.

**Caio Amado:** sócio do CESEP. Atuou na entidade como assessor no programa de comunicação. Professor no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Entrevista concedida em março de 2014, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Uma hora de entrevista gravada.

**Carlos Alberto:** atuou como coordenador do MEB em Propriá. Hoje, atua no CDJBC, sendo um dos sócios fundadores. Entrevista Concedida em 18 de junho de 2015, na sede do CDJBC. Duas horas de entrevista gravada.

**Carlos Trindade:** sócio fundador do CESEP, UNA (União dos Negros de Aracaju) e SACI (Sociedade Afro Sergipano de Estudos e Cidadania) – 1986. Formado em Economia, trabalha atualmente na Secretaria de Finanças do Município de Aracaju. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2015, em seu trabalho. Duas horas de entrevista gravada.

**Genival Alves:** atuou como coordenador do MEB em Propriá. Em 1991, muda-se para Aracaju, onde trabalhou no setor privado e, hoje, coordena o projeto “MOVA-Brasil”. Entrevista concedida em 15 de dezembro de 2015, na sede do MOVA-Brasil, em Aracaju. Uma hora e meia de entrevista gravada.

**Lourival Junior:** atuou como coordenador pedagógico no MEB de Propriá. Em 1992, passa a atuar no CESEP. Em 2012, torna-se superintendente da

FUNASA em Sergipe. Entrevista concedida em 28 de janeiro de 2015, na sede da FUNASA, em Aracaju. Uma hora e quarenta minutos de entrevista gravada.

**Maria Edelvirgem C. Mota**, sócia fundadora do CESEP, associada à Ação Católica Operaria. Atualmente, trabalha na secretaria de Estado da Mulher e Inclusão Social. Entrevista Concedida em 11 de dezembro de 2013, na Secretaria de Estado da Mulher. Duas horas e oito minutos de entrevista gravada.

**José de Oliveira (Zézito)**, sócio do CESEP. Atualmente, é integrante da Ação Cultural. Entrevista concedida em 23 de dezembro de 2013, na sede da Ação Cultural. Uma hora e quarenta minutos de entrevista gravada.

## **ANEXOS**



**ANEXO I** - Imagens do MEB da década de 60, em ações das escolas radiofônicas.

Fonte: Imagens retiradas do Acervo Virtual do Centro de Documentação e Formação Científica (CEDIC), PUC/SP. “Memória da Educação: Movimento de Educação de Base e suas escolas radiofônicas”.

**Professores e alunos na década de 60.**



**Rádio-Receptor também em uso domestico**



**Transmissão das aulas**



**ANEXO II** - Cartilhas e boletins produzidos pelos alunos e educadores do MEB na década de 60, em Sergipe e em outros estados.

Fonte: Imagens retiradas do Acervo Virtual do Centro de Documentação e Formação Científica (CEDIC), PUC/SP. “Memória da Educação: Movimento de Educação de Base e suas escolas radiofônicas”.

**Caderno do Povo construído pelos alunos e educadores das escolas em Sergipe**





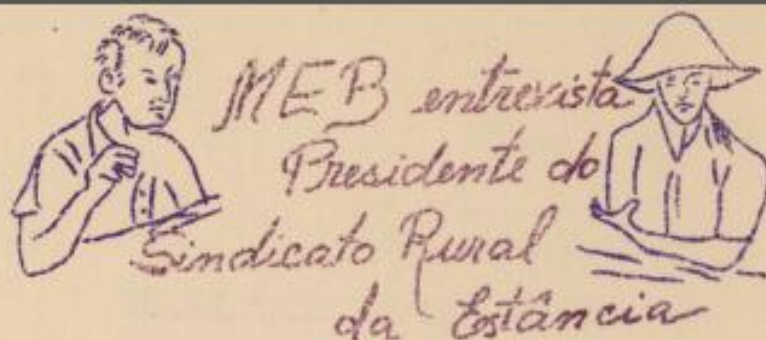
# Grupos Recreativos em Foco



mês - Outubro  
 Promoção do Grupo de Riachinho  
 Não participar: Boteguim  
 Capueirinho Convento  
 e Riachinho



Foi Convidado a  
 apresentar no  
 Conde - Bahia  
 Quem quiser conhecer



MEB - QUAL A MISSÃO DO SINDICATO DIANTE DO  
FUTURO RURAL?

HÉLIO - Primeiro de tudo quero agradecer mais  
uma oportunidade que o MEB dá ao Sin-  
dicato. O Sindicato diante do Futuro-  
rural tem função de orientador, preen-  
chendo a ficha para encaminhar a pes-  
soa ao Hospital e também a diretoria/  
tem o direito de fiscalizar a assis-  
tência que estão dando aos seus sócios.

MEB - QUE É NECESSÁRIO PARA UM CAMPEÃO SE AS-  
SOCIAR NO SINDICATO?

HÉLIO - É necessário a Carteira Profissio-  
nal - nós somos trabalhadores rurais,  
então a nossa identificação é a Car-  
teira Profissional.  
- Pagar sua contribuição mensal confor-  
me os estatutos.  
- Frequentar as reuniões mensais para a-  
certar e discutir o que pertence ao /  
trabalhador rural.



Caderno do Povo  
promove diálogo entre  
as escolas



Dê aqui, Angelina, as  
sugestões que os alunos  
do Treze enviaram, res-  
pondendo a sua carta que  
foi no Caderno 4

COLÉGIO TREZE 30-09-71

Sugestões dos alunos sobre a escola da  
aluna ANGELINA SANTOS (CRUZ DA GONÇALVES).

- 1º) O grupo achou que ela deve reunir os a-  
lunos e a comunidade e fazer uma festi-  
nha com leilões, assim ela consegue o /  
giz com facilidade.
- 2º) E sobre a sala de aula, nós não podemos /  
dar sugestões porque nos estamos na mes-  
ma situação que nem uma mesa temos para  
escrever.
- 3º) E sobre a estrada o que podemos orien-  
tar o que ela faça um apelo ao Sr. Pre-  
feito para que ele dê uma ajuda.

São estas soluções que o grupo dedicam a  
boa aluna ANGELINA SANTOS.

Como é, Cruz da Gonçalves,  
as sugestões estão lá e  
7

Caderno do Povo: leia e discuta. 5. Sergipe, s/d. 10p.  
Fundo MEB. Acervo CEDIC.

## Cartilha do MEB



### 3ª Boletim feito pelo MEB – Rio de Janeiro

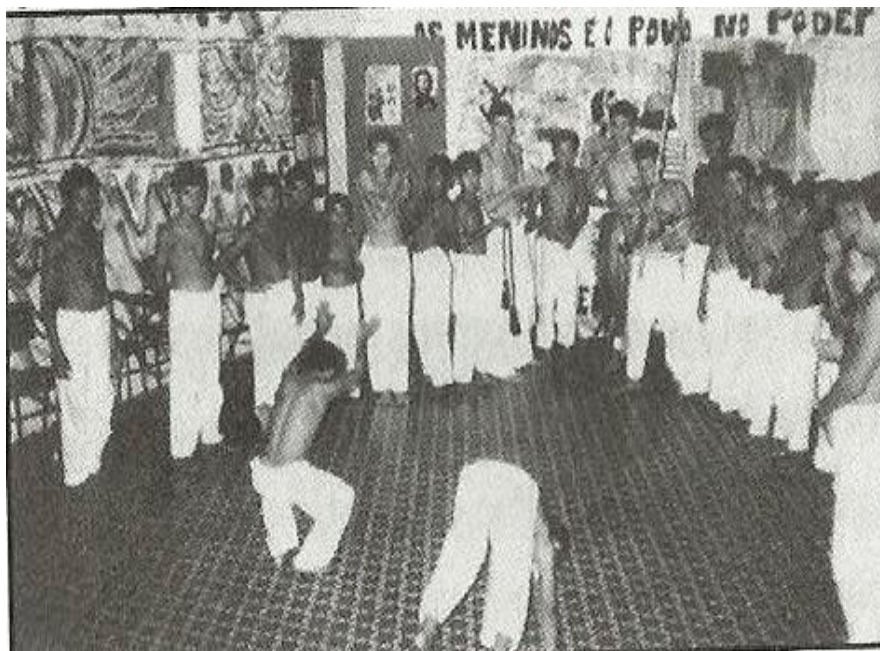




**ANEXO III** - Registro de algumas atividades promovidas pelo CESEP, destacando a oficina de comunicação social e videoteca, a formação de Educadores populares e atividades culturais na AMABA.

FONTE: Livro “Os Princípios Políticos e a Prática Educativa do CESEP”, FIGUERÊDO, 2006.

#### **Ação Cultura do CESEP com a AMABA.**



#### **Curso de Formação de Educadores e Educadoras**





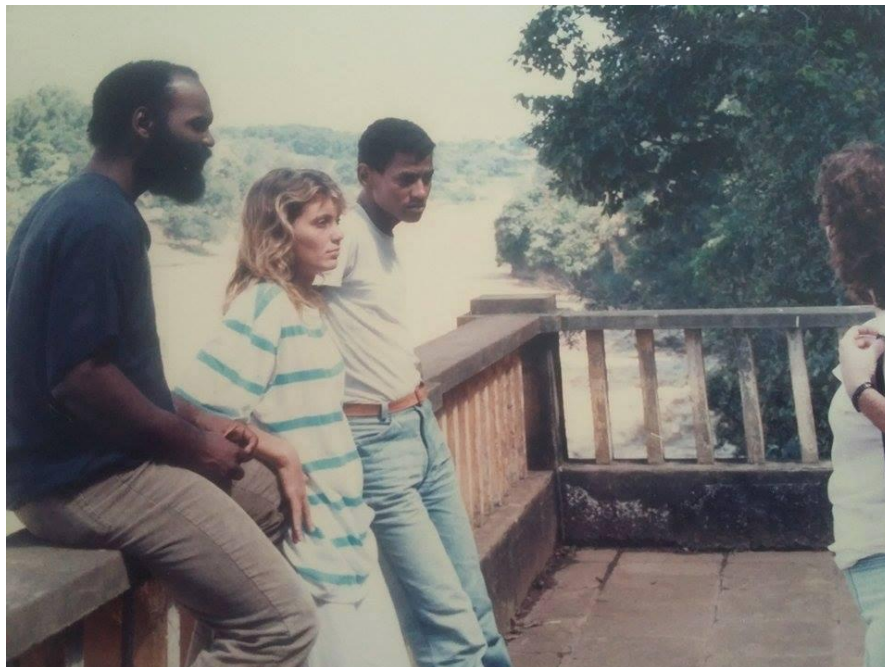
## Oficina de Comunicação: construção de videos



**Ações em defesa de Crianças e Adolescentes, parceria do CESEP com o Movimento de Menino e Meninas de Rua e outras organizações.**



**ANEXO IV** - Registro fotográfico tirado em Piracicaba, São Paulo, com lideranças que estavam à frente da discussão no Estado de Sergipe: Carlos Trindade, Maria de Fátima, Ana Paula Borges, entre outros.



Fonte: Acervo pessoal de Carlos Trindade coletado em entrevista.



**ANEXO V** -Séries de panfletos e livretos que constam o debate promovido pela Igreja, em especial a CPT, acerca da luta pela terra e como essa se cruzava com outros debates.



Fonte: Acervo da biblioteca do CDJBC – Centro Dom José Brandão de Castro.